

Destaque

Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região



Ano II n. 11 abril 2003

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

TRF DA PRIMEIRA REGIÃO
COMEMORA 14 ANOS DE
INSTALAÇÃO

Último concurso para o quadro de pessoal do TRF da 1ª Região

Estamos divulgando os quadros analíticos com o resultado do Concurso para servidor do TRF e das Seções Judiciárias da Primeira Região. Na edição de abril, Destaque n.10, publicamos o quadro do TRF e das Seccionais do Acre, Amazonas, Amapá, Bahia (Salvador e Ilhéus), Goiás, Maranhão (Imperatriz e São Luís) e Minas Gerais. Confira abaixo a continuação dos quadros analíticos.

Uberaba – MG

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	39	CR	0	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	15	01	02	17-04-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	29	01	03	11-06-2004
Área Serviços Gerais	10-08-2001	17-04-2002	08	CR	-	17-04-2004
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	08	CR	-	17-04-2004

Uberlândia – MG

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	19	CR	-	17-04-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	32	01	03	11-06-2004
Área Serviços Gerais	10-08-2001	17-04-2002	10	CR	-	17-04-2004
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	10	CR	-	17-04-2004

Juiz de Fora – MG

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	20	CR	-	17-04-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	30	01	03	11-06-2004
Área Serviços Gerais	10-08-2001	17-04-2002	8	CR	01	17-04-2004
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	8	CR	01	17-04-2004

Cuiabá – MT

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	31	04	06	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	21	CR	-	17-04-2004
Área Apoio Especializado	10-08-2001	11-06-2002	21	CR	-	11-06-2004
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	21	CR	-	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	77	01	04	11-06-2004
Área Serviços Gerais	10-08-2001	17-04-2002	10	CR	-	17-04-2004
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	10	CR	-	17-04-2004

Belém – PA

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	45	CR	-	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	48	CR	-	17-04-2004
ÁREA JUDICIÁRIA						
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	38	01	01	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	74	CR	06	11-06-2004
ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ÁREA SERVIÇOS GERAIS						
Operação de Computador	10-08-2001	17-04-2002	15	01	01	17-04-2004
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	10	CR	-	17-04-2004

Santarém – PA

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Serviços Gerais						
ÁREA SERVIÇOS GERAIS						
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	07	CR	01	17-04-2002

Marabá – PA

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	11	01	01	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	07	CR	01	17-04-2004

Teresina – PI

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	58	CR	-	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	18	CR	-	17-04-2004
ÁREA JUDICIÁRIA						
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	37	01	01	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	79	CR	03	11-06-2004
ÁREA SERVIÇOS GERAIS						
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	08	CR	-	17-04-2002

Porto Velho – RO

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	28	01	07	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	12	CR	-	17-04-2004
Área Apoio especializado	10-08-2001	11-06-2002	11	01	02	11-06-2004
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	11	01	02	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	20	CR	03	11-06-2004
Área Serviços Gerais	10-08-2001	17-04-2002	09	CR	01	17-04-2004
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	09	CR	01	17-04-2004

Boa Vista – RR

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	19	01	02	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	15	CR	-	17-04-2004
Área Apoio Especializado	10-08-2001	11-06-2002	12	03	03	11-06-2004
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	12	03	03	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	19	CR	03	11-06-2004
Área Apoio especializado	10-08-2001	17-04-2002	11	01	01	17-04-2004
Operador de computador	10-08-2001	17-04-2002	11	01	01	17-04-2004
Área serviços Gerais	10-08-2001	17-04-2002	09	CR	02	17-04-2004
Segurança e transporte	10-08-2001	17-04-2002	09	CR	02	17-04-2004

Palmas – TO

Cargo: Analista Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Judiciária	10-08-2001	17-04-2002	20	CR	-	17-04-2004
Área Administrativa	10-08-2001	17-04-2002	15	CR	-	17-04-2004
ÁREA APOIO ESPECIALIZADO						
Execução de Mandados	10-08-2001	11-06-2002	19	CR	-	11-06-2004

Cargo: Técnico Judiciário						
Especialidade	Publicação do Edital	Homologação	Aprovados	Vagas Oferecidas	Convocados	Validade
Área Administrativa	10-08-2001	11-06-2002	21	CR	01	11-06-2004
ÁREA SERVIÇOS GERAIS						
Segurança e Transporte	10-08-2001	17-04-2002	11	CR	-	17-04-2004

No site www.trf1.gov.br há os quadros de todas as cidades que realizaram o concurso.

Quatorze anos de muito trabalho

Com instalação determinada pela Constituição Federal de 1988, o Tribunal completou 14 anos de existência em abril. Aliás, foi um mês de muitas comemorações na Corte, que teve também uma sexta-feira totalmente dedicada a todas as trabalhadoras do TRF, em virtude do Dia Internacional da Mulher.

Os Juizados Especiais Federais completaram um ano de funcionamento e já beneficiam a população dos 14 estados jurisdicionados à Primeira Região, o que pôde ser conferido no painel de fotografias e estatísticas inaugurado para mostrar a instalação de cada um e os prédios onde estão atualmente.

A coluna *Espaço Literário* é a novidade da publicação, que foi uma evolução da Seção *crônicas ou contos*. Abrimos espaço para produções literárias advindas de magistrados ou serventuários atuantes na Primeira Região, seja poesia, conto ou crônica.

Fatos ocorridos fora de Brasília também mereceram destaque, como o Seminário sobre meio ambiente, que teve a participação do Desembargador Federal I'talo Mendes como expositor e a inauguração da nova sede da Seção Judiciária do Acre.

Os Editores
ascom@trf1.gov.br

Sumário

Décimo quarto aniversário do Tribunal tem inauguração da galeria de vice-presidentes e painel dos Juizados Especiais Federais, além da premiação do Concurso de Fotografias da Primeira Região p.16



Presidente da Associação dos Juizes Federais fala sobre a segurança dos profissionais da área jurídico-criminal p.6



Dia Internacional da Mulher é comemorado em alto estilo no Tribunal, com direito a palestras, massagem, embelezamento e coquetel p.24

Juizados Especiais Federais completam um ano de funcionamento p.8



PRESIDENTE

Catão Alves

VICE-PRESIDENTE

Carlos Fernando Mathias

CORREGEDOR-GERAL

Aloísio Palmeira Lima

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Plauto Ribeiro

Tourinho Neto

Eustáquio Silveira

Assusete Magalhães

Jirair Aram Meguerian

Olindo Menezes

Mário César Ribeiro

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

I'talo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

DIRETOR-GERAL

Alcides Diniz da Silva

SECRETÁRIO-GERAL

Cel. Mário José de Santana Filho

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Morais, Lúcia

Mendonça, Lucimar de Melo, Marcela

Correia, Márcia Murça Barroso, Marília

Maciel Costa, Samantha Salomão

ESTAGIÁRIOS

Ivan Donizetti, José Alexandre de Souza,

Juliana Corrêa e Raquel Meleiro

DIAGRAMAÇÃO e PROJETO

GRÁFICO

Jordânia J. Alves

FOTOS

Carlos Rodrigues, Magnaldo Timo,

Luiz Augusto Cals e Luiz Carlos

Xavier

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social-

Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

Color Press Bureau

IMPRESSÃO

Gráfica TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social
Praça dos Tribunais Superiores -
SAS - Quadra 02 - Bloco A -
Edifício-Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br
sejor@trf1.gov.br




Notas

Aniversário do Vice-Presidente é comemorado com missa

Na manhã do dia 25 de abril foi celebrada, pelo Padre José Carlos Brandi Aleixo, Santa Missa em homenagem ao aniversário do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias (foto) e pela Paz Mundial, no Gabinete da Vice-Presidência. Assistiram à celebração o Presidente Catão Alves, a esposa do aniversariante, Dra. Maria Luíza Mathias, desembargadores federais, servidores e amigos.



Margarida Cantarelli assume a presidência do TRF da 5ª Região

O Desembargador Federal Presidente Catão Alves esteve na posse da Desembargadora Federal Margarida Cantarelli no cargo de presidente do TRF da 5ª Região no dia 31 de março. Primeira mulher a compor o Pleno daquele Tribunal, desde sua implantação em 30 de março de 1989, ela é, também, a primeira mulher a presidir a Corte. Foi empossada, para o biênio 2003/2005, em substituição ao Desembargador Federal Geraldo Apoliano. Os Desembargadores Federais Napoleão Maia Filho e José Baptista Filho tomaram posse nos cargos de vice-presidente e corregedor-regional, respectivamente.



Da esq. para a dir. Napoleão M. Filho, Vice-Presidente do TRF da 5ª Região; Helga Jucá, Assessora Parlamentar do TRF-1ª Região; Margarida Cantarelli, Presidente do TRF da 5ª Região; Catão Alves, Presidente do TRF-1ª Região e seu Assessor Alcino Coelho B. Júnior



Nova sede da Seção Judiciária do Acre

No dia 11 de abril estiveram no Acre o Presidente Catão Alves, outros desembargadores federais do Tribunal e o Diretor-Geral Alcides Diniz para a inauguração da nova sede da Seção Judiciária daquele Estado na rua Ministro Ilmar Galvão, Centro Administrativo de Rio Branco. O Diretor do Foro da Seccional, Juiz Federal Pedro Francisco, foi quem recepcionou a todos.

Desembargadores Federais recebem comenda "Ordem do Mérito Militar"

No dia 15 de março foi realizada a solenidade de entrega da comenda "Ordem do Mérito Militar", no Quartel General do Exército. Na ocasião, autoridades públicas e jurídicas foram agraciadas com diploma e medalha. Os Desembargadores Federais do TRF-1ª Região Antônio Ezequiel, Daniel Paes Ribeiro, João Batista Moreira e Cândido Ribeiro Filho foram homenageados no grau de Oficial; o Corregedor-Geral Aloísio Palmeira e o Desembargador Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, promovidos ao Grau de Comendador.

Criada pelo Decreto nº 24.660, de 11 de julho de 1934, a comenda é destinada a condecorar, em graus diferenciados, militares do Exército destacados no exercício da profissão, pessoas civis e militares, organizações militares e instituições civis que tenham prestado notáveis serviços ao País.

Obras provocam mudança temporária de setores para o Edifício Funasa

No dia 24 de março se iniciaram as reformas no Edifício Anexo I, e já se podem notar mudanças no cotidiano de alguns servidores do TRF-1ª Região e do público. Quatro unidades foram transferidas para o Edifício Funasa: Dilep, Direh, Dicap e Dipag; todas da Secre.

Segundo informações da Divisão de Engenharia (Dieng), as obras no Edifício Anexo I têm como objetivo principal a melhoria nas condições do funcionamento e conseqüente aperfeiçoamento dos serviços prestados pelas unidades, em virtude da ampliação e modernização das instalações. A previsão de duração das obras é de 14 meses, contados a partir de abril

de 2003.

Com o remanejamento, os números telefônicos foram alterados (ver tabela 1). Os ramais já existentes caíram em desuso, causando certa estranheza com relação aos novos números a todos que já haviam se acostumado com os antigos.

Para os servidores que dependem do transporte das vans, os horários não mudaram. No entanto, o Edifício Funasa tornou-se uma escala entre o Edifício-Sede e o Edifício Adriana (ver tabela 2).

Essa reforma certamente trará considerável alteração na qualidade de



vida dos servidores, e, em razão disso, o atendimento ao público e o suporte que essas unidades proporcionam ao Tribunal ganharão novo ânimo.

Telefones da Secre no Ed. Funasa

Secre	Diretoria	321-8379
		325-6299
	Secretaria	325-6556
	Supervisora	325-6497
	Fax	325-6498
Dilep	Diretoria	226-0776
		325-6557
	Selej	325-6499
	Sedid	325-6546
	Setes	325-6547
Direh	Diretoria	226-5656
		325-6558
	Sesep/Sedaf	325-6554
		325-6559
	Setre	325-6550
	Estágio/Setre	325-6549
	Fax	325-6548
Dicap	Diretoria	225-9164
		325-6399
	Sepov/Semof	325-6438
	Seref	325-6439
Dipag	Diretoria	225-9113
		325-6560
	Atendimento	325-6561

Partidas das Vans

Do Ed. -Sede para o Ed. Adriana com escala no Ed. Funasa.	13h, 14h, 15h, 16h e 17h
Do Ed. Adriana para o Ed.-Sede com escala no Ed. Funasa.	13h30min, 14h30min, 15h30min, 16h30min e 17h30min

Transferida a Sala dos Advogados

O Presidente Catão Alves reinstalou, em solenidade informal, a Sala dos Advogados, no Tribunal, no dia 08 de abril. Localizada anteriormente no 5º andar do Edifício Anexo I, a sala foi deslocada, provisoriamente, para o térreo do Edifício-Sede (sala 16) e está próxima à Seção de Apoio à Comissão de Concursos, em virtude das reformas que estão sendo executadas naquele prédio.

Na ocasião, estiveram presentes o Secretário-Geral Mário Santana, o Diretor-Geral Alcides Diniz, o Presidente da Associação dos Advogados Militantes na Justiça Federal e Tribunais Superiores, Hezir Espíndola, e o Vice-Presidente da OAB/DF, Carlos Mário Velloso Filho. Com o deslocamento, os números da Sala para contato passaram a ser 314-5391 (telefax) e 314-5791.



Advogado Hezir Espíndola utilizando a nova sala

A Sala é coordenada pela OAB e destina-se a dar suporte aos advogados no horário de 9 a 18h. Possui um computador com acesso à *Internet*, um telefone e um fax com linha telefônica independente. Além disso, pode-se tirar cópia no local pelo preço de R\$ 0,20 a folha, em máquina terceirizada.



ENTREVISTA: PAULO SÉRGIO DOMINGUES

SEGURANÇA AOS MAGISTRADOS

Presidente da Ajufe reage à violência contra juízes

Por Lucimar de Melo



Eleito Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) em 2002, Paulo Sérgio Domingues é paulistano, tem 37 anos e é juiz titular da 5ª Vara Federal Cível de São Paulo, capital, desde abril de 2000. O magistrado está licenciado do cargo para exercer a presidência da entidade durante o mandato de dois anos, iniciado em 2002. É Mestre em Direito pela Joahann Wolfgang Goethe Universität - Frankfurt am Main, na Alemanha, e Professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Sorocaba/SP.

Paulo Sérgio nos fala sobre a segurança de profissionais que atuam na área jurídico-criminal, em presídio federal, e sobre o sistema penitenciário e os planos do poder público para conter a criminalidade contra magistrados.

O Presidente foi Advogado e Procurador do Município de São Paulo. Integrou as Comissões de Meio Ambiente da Ajufe e a de elaboração do anteprojeto de Lei Orgânica da Justiça Federal criada pelo STJ. Foi delegado e Vice-Presidente da Ajufe.

Após assassinato de mais um juiz em menos de 15 dias, a Ajufe passou a cobrar medidas imediatas, e não somente medidas urgentes, do governo federal, para garantir a segurança de juízes. Qual seria a diferença entre as providências urgentes e as imediatas?

Com a situação em que estamos vivendo agora, temos que ter algumas medidas que são de caráter emergencial para diminuir o problema de insegurança dos juízes. É nisso que estou pensando quando falo de providências mais do que emergenciais. Temos que melhorar a segurança dos fóruns e dos juízes diretamente envolvidos com a área criminal, para fazer que tenham um pouco mais de tranquilidade na hora do seu julgamento. Isso é o fundamental neste momento. Agora, quando falo de outras medidas urgentes, significa que vamos ter que trabalhar para tomar medidas tanto no âmbito do Poder Executivo, como em termos de alteração legislativa, para melhorar a segurança pública como um todo no Brasil. E isso são medidas que, ao desorganizar o crime organizado, fazem a segurança melhorar, inclusive a dos juízes. Porque não adianta nos iludirmos; o problema da segurança pública é muito mais amplo do que simplesmente a questão dos magistrados, que está inserida em um contexto de insegurança total e, somente melhorando o problema da insegurança pública, liquidando com o crime organizado, haverá menos possibilidades de atentados como esse.

O que o Sr. sugere seja adotado pelo Poder Público para conter a violência contra membros do Poder Judiciário?

O ataque global ou integrado contra o crime organizado. Temos que conseguir atuar principalmente com a palavra-chave inteligência. Queremos que haja uma presença maior da União no

combate ao crime organizado, e com a Polícia Federal atuando como verdadeiro órgão de inteligência para concentrar as informações e atuar em parceria com as polícias estaduais, vendo o governo federal atuando de maneira integrada com os governos estaduais, para que consigamos, assim, encontrar os verdadeiros cérebros do crime organizado e dismantelar as quadrilhas, melhorando, então, a segurança. Várias providências podem ser tomadas.

Já foi tomada alguma providência nos últimos quinze dias com relação a isso?

Temos já algumas providências em relação à segurança em alguns fóruns mais vulneráveis. Algumas outras medidas também já estão sendo tomadas pelo governo, que está montando uma comissão composta de deputados, membros da Secretaria Nacional de Segurança Pública, membros do Ministério Público e do Judiciário, de que a Ajufe está participando para encontrar propostas mais concretas. Algumas iniciativas no sentido de melhorar a aparelhagem da Polícia Federal e propostas legislativas estão em andamento. Esperamos que o Congresso possa votar aquelas medidas constantes do pacote de segurança pública, que já foi apresentado há mais de um ano, para poder também colaborar no combate à criminalidade.

Sempre houve condenados, absolvidos e juízes. O que mudou, com relação a acusados e julgadores, que veio gerar essa falta de segurança nos últimos tempos?

Mudou o tipo de acusado. Hoje, não lidamos com aquele criminoso que cometeu um delito e está sendo julgado. O acusado hoje é diferente. É um membro da organização criminosa. Isso é fundamental na análise do problema criminal e no tratamento que a

Justiça deve dar em relação àquelas pessoas.

O Senhor acha que o sistema penitenciário atual é responsável, em parte, por esse quadro?

Não há dúvida. O Poder Judiciário não tem verba para manter o controle das prisões e, aos poucos, esse controle foi sendo exercido pelos presos, que acabam criando regras dentro das cadeias que cuidam da própria conveniência. Isso acontece com muita frequência, principalmente com a prisão de integrantes do crime organizado.

Tem-se falado muito em construção de presídios federais. O Senhor pode explicar, de maneira simplificada, a diferença técnica entre um condenado cumprir a pena num presídio federal e cumpri-la numa penitenciária estadual?

Primeiro, esperamos que essas penitenciárias federais sejam muito mais seguras, que haja, então, um controle efetivo dos presídios e do cumprimento das penas. Segundo, porque os presos, condenados pela Justiça Federal, cumprem suas penas sobre o controle dos juizes estaduais. O juiz federal que condena aquele criminoso não possui um controle efetivo sobre a execução da pena, porque o presídio é estadual e o corregedor dos presídios é um juiz estadual. Na Justiça Federal foi realizado o processo judicial, foi feita a condenação, e a execução da pena deve efetivamente estar no seu âmbito.

O Ministro da Justiça anunciou a construção de cinco presídios federais, o primeiro deles, no Distrito Federal, com inauguração prevista para dezembro. Isso mudaria algo na rotina do cidadão ou do profissional que atua na área jurídico-criminal no DF?

Não é o local onde há uma penitenciária que vai alterar a rotina do profissional do Direito. O que vai alterar é talvez a visão que se terá no Distrito Federal sobre a execução das penas dos condenados pela Justiça Federal. Agora, não há dúvida de que é melhor ter

penitenciárias em locais próximos aos Tribunais Regionais Federais, porque ali haverá um controle efetivo sobre a execução das penas dos condenados da Justiça Federal.

Em entrevista no programa Espaço Aberto na Globonews, O Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ, Sérgio Rego Macedo, revelou a existência de um plano completo de segurança pública para o Brasil elaborado no ano passado por uma ONG, com a participação do Presidente Lula



e do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. O Sr. Conhece algo sobre esse plano e acredita que possa ser colocado em prática hoje?

É muito bom, falta só vontade política para que ele seja implementado logo. Esse programa contempla algumas propostas que a própria Ajufe defende há muito tempo, como a integração de todos os órgãos destinados ao combate ao crime. Além disso, a lavagem de dinheiro hoje é a grande financiadora do crime organizado; atividades ilícitas geram dinheiro para financiar outras atividades ilícitas. É isso que tem ocorrido hoje no Brasil, e esse circuito tem que ser rompido. Quando se cortam as vias de financiamento do crime organizado, já se ajuda muito a dismantelar as organizações criminosas. Essas medidas não precisam de alteração legislativa, de nenhuma atuação bombástica. É uma questão de vontade política. Os órgãos que atuam no combate à lavagem de dinheiro já existem; há uma

grande disposição para isto. Basta o governo dar força e meios para esses órgãos trabalharem em conjunto.

Nos últimos dias, já foi tomada alguma providência de segurança para os magistrados federais e serventuários da Justiça, seja com relação ao acesso de pessoas ao interior das varas e tribunais ou a outras situações parecidas?

Foram, mas infelizmente muito poucas. Nós pretendemos buscar junto aos Tribunais Regionais Federais a implementação de medidas mais eficazes para melhorar a segurança dos juizes e dos servidores que trabalham na Justiça Federal.

Há algo que gostaria de acrescentar? Alguma observação?

Gostaria de comentar duas coisas. A primeira é que nós falamos o tempo todo de regalia dos presos, como se todos eles gozassem desses privilégios. Na realidade, estamos falando de uma pequena parcela dos criminosos, que são os grandes criminosos do crime organizado e que possuem essas regalias. A maioria dos presos vive nas celas dos presídios superlotados. Se por um lado temos que coibir as ações de alguns presos que comandam as suas quadrilhas de dentro da cadeia; por outro lado temos que dar um pouco de dignidade aos presos comuns que cumprem pena.

Temos que resolver o problema dos criminosos que pertencem ao crime organizado e também não podemos deixar de pensar que as nossas cadeias são mesmo um inferno.

O segundo ponto a ressaltar é que, como eu disse, é uma questão de vontade política. Por exemplo, no momento em que estamos falando disso como uma prioridade nacional, vivemos uma situação de contingenciamento de mais de 60% do orçamento da Justiça Federal para este ano. É imprescindível que o governo libere toda a verba orçamentária da Justiça Federal para este ano, até para que se possa implementar também condições para o Judiciário atuar firmemente no combate ao crime e, inclusive, para a criação das novas varas.

Juizados Especiais Federais completam um ano de funcionamento

Em 26 de março de 2002 entrava em funcionamento o primeiro Juizado Especial Federal Cível da 1ª Região, instalado na Seção Judiciária da Bahia. Era o surgimento de mais uma alternativa do Judiciário Federal Brasileiro em favor de uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz, o que possibilitou o consequente desafogamento da Justiça Federal. Ao longo desse período, outros Estados também tiveram seus Juizados instalados. Hoje, a popula-

ção dos 14 Estados vinculados à Primeira Região, especialmente a de baixa renda, está sendo beneficiada pelo trabalho dos JEFs. Tudo graças à criatividade dos Magistrados da 1ª Região, que se desdobraram para vencer as dificuldades para a instalação dos Juizados. Ora funcionando em prédios públicos cedidos e em faculdades, ora de forma itinerante, em microônibus e até em barcos, o fato é que os números falam por si. No período de apenas um ano, mais de 26 mil processos foram

juizados na Primeira Região (confira gráfico abaixo), o que demonstra que os Juizados Especiais Federais vêm cumprindo sua missão de levar uma Justiça mais rápida aos cidadãos.

Atualmente, a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida é a Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, e o Juiz Federal Bruno Augusto Oliveira é o Juiz Auxiliar da Coordenação dos JEFs.

DADOS COMPARATIVOS
— VARA FEDERAL e JUIZADO ESPECIAL FEDERAL —
 Período: Juizado Especial Federal e Vara Federal — (abril/2002 a fevereiro/2003)

Local	Juizado Especial Federal				Vara Federal			
	Especialização	Dist.	Julg.	Tram.	Especialização	Dist.	Julg.	Tram.
Acre	JEF Cível e Criminal	1.161	255	1.028	Não há vara especializada	2.307	1.330	7.638
Amapá	JEF Cível e Criminal	8.844	1.744	8.738	Não há vara especializada	1.666	519	8.281
Amazonas	JEF Cível e Criminal	7.260	684	7.110	Varas Cíveis	3.702	2.595	10.021
Bahia	JEF Cível	3.179	1.626	2.157	Varas Execução Fiscal	4.252	863	29.861
	1º JEF Criminal	23	2	10	Varas Cíveis	15.459	10.228	34.729
Distrito Federal	2º JEF Criminal	20	1	9	Varas Criminais	1.249	275	3.746
	JEF Cível	15.838	4.324	14.767	Varas de Execução Fiscal	13.683	3.199	59.764
Goiás	1º JEF Criminal	21	0	13	Varas Cíveis	30.297	18.711	73.466
	2º JEF Criminal	24	1	13	Varas Criminais	2.297	324	2.004
Maranhão	JEF Cível	4.175	1.704	3.594	Varas de Execução Fiscal	7.926	2.339	51.528
	2º JEF Cível	4.156	1.714	3.577	Varas Cíveis	7.198	6.867	25.903
	3º JEF Cível	918	94	917				
	1º JEF Criminal	35	6	25	Varas Criminais	2.267	687	4.059
	2º JEF Criminal	45	4	41	Varas de Execução Fiscal	4.918	1.932	50.492
Mato Grosso	JEF Cível	5.977	935	5.755	Varas Cíveis	4.299	2.512	12.574
	1º JEF Criminal	47	7	50	Varas Criminais	1.438	431	3.964
	2º JEF Criminal	37	9	43	Varas de Execução Fiscal	4.589	757	21.843
Minas Gerais **	JEF Cível e Criminal	4.429	1.295	3.562	Varas Cíveis	8.753	4.048	21.278
	1º JEF Cível	6.458	1.478	6.112	Varas Execução Fiscal	5.792	785	20.968
	2º JEF Cível	6.537	1.462	5.719	Varas Cíveis	23.539	13.630	186.084
	3º JEF Cível	6.534	1.972	5.715	Varas Criminais	2.898	596	10.936
	1º JEF Criminal	130	12	118	Varas Previdenciárias	2.486	1.645	187.563
Pará	2º JEF Criminal	115	5	97	Varas de Execução Fiscal	18.037	3.231	176.627
	JEF Cível	5.888	1.656	5.301	Varas Cíveis	5.119	4.022	13.990
	1º JEF Criminal	123	1	119	Varas Criminais	1.150	383	3.127
Piauí	2º JEF Criminal	322	22	277	Varas de Execução Fiscal	5.297	1.570	40.425
	JEF Cível e Criminal	4.054	1.163	3.878	Varas Cíveis	3.618	2.741	13.210
Rondônia	JEF Cível e Criminal	1.847	639	1.423	Varas de Execução Fiscal	2.546	342	16.016
Roraima	JEF Cível e Criminal	1.847	639	1.423	Não há vara especializada	5.172	2.300	18.167
Tocantins	JEF Cível e Criminal	5.791	3.055	5.778	Não há vara especializada	2.371	612	6.776
	JEF Cível e Criminal	1.511	867	887	Não há vara especializada	2.250	785	6.267
TOTAIS JEF		95.499	26.737	86.833	TOTAIS VARAS	196.575*	90.259	1.121.307

** Período considerado para a SJMG: julho/02 a fev/2003

* Inclusive Execução Fiscal

Exposição – Para comemorar o primeiro ano de funcionamento dos Juizados Especiais, uma exposição de fotografias foi organizada pela coordenadoria dos JEFs (Cojef) em parceria com a Ascom, como parte da solenidade de comemoração do 14º aniversário do Tribunal. Os painéis fotográficos remontam a história dos Juizados na 1ª Região e são uma panorâmica das condições em que estão funcionando nos estados.



À esquerda, Juiz Federal Bruno Oliveira mostra painéis ao colega Juiz Federal Leão Aparecido. À direita, Presidente Catão Alves, Juiz Federal Bruno Oliveira, Secretário-Geral Mário de Santana e o Diretor-Geral Alcides Diniz

Justiça Federal faz nova seleção de conciliadores

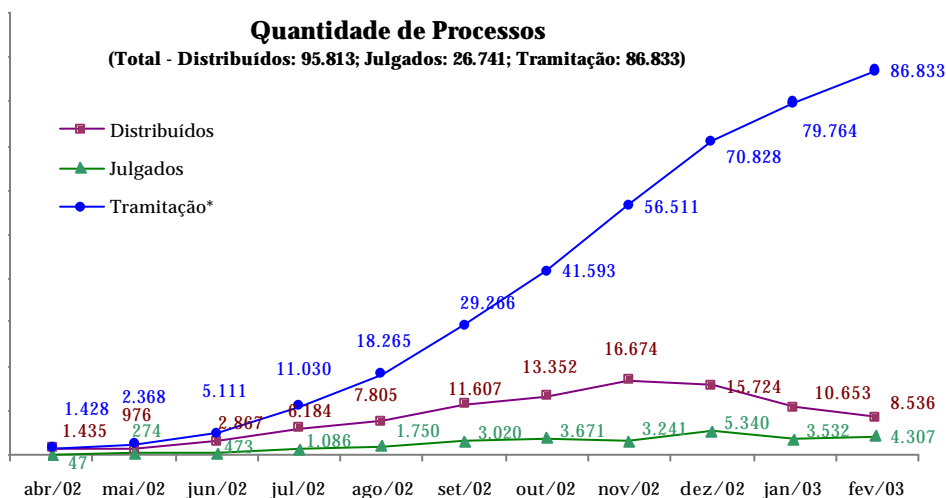
A Justiça Federal do DF já pode contar com um reforço a mais para atuação nos Juizados Especiais Federais. Na última seleção, realizada em março pelo Núcleo de Recursos Humanos da Seção Judiciária do Distrito Federal, em conjunto com a Coordenação do JEF/DF, 53 bacharéis em Direito se candidataram à função de Conciliador. A seleção foi feita mediante análise curricular e entrevista.

Os novos selecionados irão integrar o Cadastro Reserva do Juizado Especial Federal e serão convocados de acordo com a necessidade do JEF, quando terão, ainda, que participar de três audiências como ouvintes. O período de atuação do conciliador no JEF é indeterminado, não sendo possível prever quando haverá vacância.

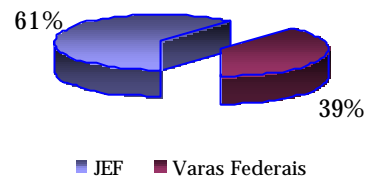
DADOS ESTATÍSTICOS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TRF DA 1ª REGIÃO

Quantidade de Processos

(Total - Distribuídos: 95.813; Julgados: 26.741; Tramitação: 86.833)



Percentual de Distribuição nas Classe Cíveis



Classes Cíveis utilizadas: 1000 - Ações Ordinárias, 5000 - Ações Diversas, 6000 - Cartas Cíveis, 7000 - Ações Coletivas e 8000 - Ação Sumária.

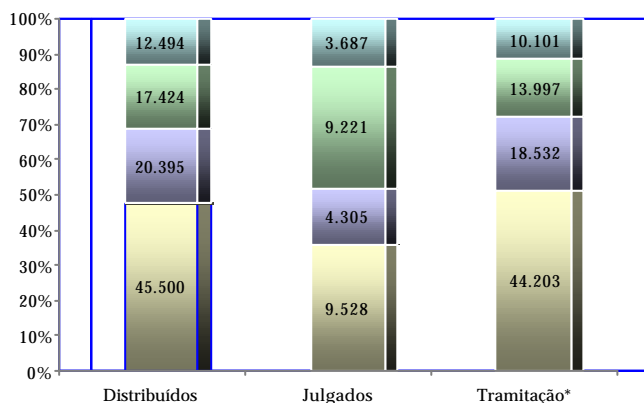
Principais Observações:

✓ Após um pico de 16.674 processos distribuídos no mês de novembro/02, observa-se uma tendência de queda nesse indicador nos meses seguintes, atingindo um valor mínimo de 8.536 processos distribuídos no mês de fevereiro/03.

✓ *FGTS* e *Serviços Públicos* representam, respectivamente, 34,5 e 35,6% do total de processos julgados no período. Quanto aos processos distribuídos, essa participação é de 18,18% (*FGTS*) e 45,5% (*Serviços Públicos*).

Fonte: Sistema Processual

Elaborado por: Diest/TRF-1ª Região



* Processos não baixados ou remetidos à Turma Recursal



Dia Internacional da Mulher é comemorado em alto estilo



Um dia inteiro dedicado às magistradas, servidoras, estagiárias e prestadoras de serviço do Tribunal. Foi assim a penúltima sexta-feira de março, dia 21, no TRF da 1ª Região, quando se comemorou o “oito de março”, Dia Internacional da Mulher. O evento, organizado pelo Comitê de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT), promoveu exposições, minipalestras e oficinas em estandes relacionados à saúde, ao talento e à saúde feminina. O encerramento se fez com um coquetel musical, para o qual foram convidados também os homens.



Manicure



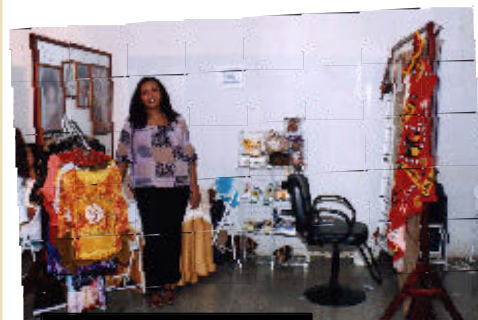
Estética facial

Exposição Espaço Mulher - Foram montados diversos estandes no *hall* do Plenário, que funcionaram das 9 às 17 horas, com direito a corte e escova de cabelos feitos por Edson Freitas, da *Haute Coiffeur*; massagem expressa, por Patricia Rehem e equipe; tratamento de cabelos crespos e ondulados, pela *Afro Nzinga*; estética corporal, pela equipe da Bonton Clínica de Dermatologia e Nutrologia; tratamento para o corpo com cosméticos, pelos demonstradores da Extratos da Terra cosméticos; estilista de moda, Carluz Naderer, da Tessuti D'oro; automaquiagem, Irisiê cosméticos; depilação e relaxamento para cabelos, *Depi Roll*; estética facial, por Abigail, da Féminin Pró-Estética Abigail Zucco.

As mulheres que lá estiveram sentiram-se felizes, mais bonitas e relaxaram um pouco com a quebra da rotina do trabalho. Os serviços mais procurados foram os de corte e escova de cabelos e a massagem expressa.



Cosmética



Penteados e roupas Afro



Dermatologia e nutrologia



Massagem



Cabeleireiro



Limpeza de pele

Coquetel de encerramento



Desembargadora Federal Isabel Galotti e Lúcia Rodrigues, esposa do Desembargador Federal Antônio Ezequiel

Às 18 horas, no Restaurante do Tribunal, o Desembargador Federal Vice-Presidente, Carlos Fernando Mathias, abriu o evento, em discurso sobre as qualidades da mulher. Lembrou a presença da Desembargadora Federal Isabel Galotti, e da esposa do Desembargador Federal Antônio Ezequiel, D. Lúcia Rodrigues Silva, bem como ressaltou o orgulho e alegria de ter a Dra. Maria Luíza como esposa.



Vice-Presidente homenageia mulheres do Tribunal

Houve participação Especial de Josué Ribeiro com uma bela crônica à mulher.

As homenageadas divertiram-se muito, além de terem participado de sorteios de inúmeros prêmios, o que deu oportunidade a muitas de deixarem o local sorridentes e com o seu brinde na mão, para não esquecer esse dia especial organizado com muito carinho pelo PGQVT.



Marcelo Marks toca para as trabalhadoras

Minipalestras

Foi montado um auditório na entrada do Plenário, onde os expositores puderam realizar suas falas em 30 minutos. A primeira teve início às 13h30min e foi sobre moda e estilo no trabalho. Mercedes Paglilla expôs a respeito da inconveniência do uso de alças no local de trabalho e ressaltou que a cor bege não pode faltar no dia-a-dia. A palestrante ainda falou sobre os estilos clássico, esportivo, exuberante, romântico e moderno.

Meia hora depois, houve a palestra sobre automaquiagem e sua prática, com representantes da Irisiê Cosméticos, que maquiaram uma ouvinte da platéia.

Por último, a cabeleireira da *Afro Nzinga* falou sobre tratamento para cabelos ondulados e crespos. Sob olhar curiosos das participantes, a apresentadora deu sugestões desde os cuidados diários até o tratamento químico dos cabelos. Disse para evitarem o uso excessivo de reparador de pontas e não utilizarem touca térmica. Afirmou que, devido ao clima seco de Brasília, os cabelos devem ser hidratados uma vez por semana. Finalizou dizendo que xampus defrisantes não alisam os cabelos, pois não mexem na estrutura dos fios, servem apenas como paliativo.



1- Ouvintes apreciam palestras. 2- Trajes: moda e estilo no trabalho. 3- Tratamento para cabelos. 4- Técnica de automaquiagem.



Gente em Destaque

“Impossível viver sem cantar”



A emoção, a ternura, o enlevo afloram no rosto das pessoas tocadas pela voz cristalina e tecnicamente afinada de Beatriz de Mattos.

É este, aliás, seu objetivo: passar para o seu público a própria emoção, arrebatá-lo com sua canção. “Meu objetivo é conseguir tocar as pessoas com a música, fazê-las mergulhar em sentimentos profundos através das canções, trazendo, nesse momento, alegria e prazer”, enfatiza.

Desde criança, ouvindo seu pai, também cantor lírico, Beatriz sentia-se atraída por essa bela arte, embora só aos dezesseis anos tenha optado pelo canto como escolha profissional. Formou-se Bacharel em canto pela Universidade Federal de Goiás. Como professora de técnica vocal em coral, trabalhou em Goiânia e em Brasília, tendo também atuado como regente de coral junto ao Coro da Universidade Católica

de Goiás. Mas Beatriz não pára por aí; seu currículo abrange apresentações em *shows* beneficentes, cerimônias de casamento, *shows* populares (Noites Típicas) e participações como professora de técnica vocal-coral na Argentina e no Chile e como Corista em Portugal e Espanha.

Fez o papel da condessa na ópera “As Bodas de Fígaro” (Mozart) em Goiás e Santa Catarina. Atualmente, Beatriz de Mattos canta no Coral Brasília, no Coro Lírico do Teatro Nacional e também no grupo de câmara “Vento em Corda”.

No dia 28 de março, Beatriz foi convidada para cantar na comemoração dos 14 anos de instalação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Durante a solenidade, ela pôde interpretar músicas belíssimas e conseguiu que cada rosto na platéia demonstrasse toda a emoção proporcionada pelo tom marcante de sua voz.

“Num ambiente formal de trabalho como o nosso, é extremamente gratificante perceber a mudança que o canto provoca nas pessoas, tornando-as mais abertas, leves, alegres, enfim, mais humanas”, afirma a cantora.

Nos dias 14, 15 e 16 de abril, novamente pudemos ouvi-la integrando o Coral Brasília e o Opus 13 nas apresentações das peças “Missa para Quarta-feira de Cinzas”, do compositor mineiro José Lobo de Mesquita, e “Membra Jesu Nostri”, de Dietrich Buxtehude.

Cursos

ESPORTE, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Preencher o tempo de nossos filhos de forma saudável e ao mesmo tempo produtiva encontra no esporte uma solução inteligente e ao mesmo tempo viável. Esporte, saúde e educação, combinação perfeita. A Liga de Basquetebol do DF está proporcionando aos jovens de Brasília ambiente propício para que essa combinação seja bastante frutífera. Colocando-as à disposição de jovens entre 12 e 15 anos, a Liga tem dinamizado “Clínicas de Arbitragem” para quem desejar tornar-se árbitro mirim do esporte, promovendo concomitantemente campeonatos com diversos jogos durante todo o ano. Com um forte apelo ao processo educativo, os eventos visam ao envolvimento de jovens com o esporte, colocando os ensinamentos adquiridos nas Clínicas de Arbitragem em prática. Essas clínicas reúnem, durante um final de semana, de 50 a 60 jovens, que têm a oportunidade de arbitrar anualmente, em média, 300 jogos, envolvendo aproximadamente 800 alunos/atletas. Maiores informações, pelo cel. 99720831 ou e-mail familiabc@brturbo.com.



DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

O Centro de Convenções de Pernambuco será sede do IV Congresso Internacional de Direito Processual Constitucional. A sessão solene de abertura está prevista para 15 de maio, às 18h, com conferencistas de renome como Francisco Rezek, mestre e doutor, ex-ministro do STF, atualmente, ministro do Tribunal de Haia, e Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria e do Sebrae, Deputado Federal. As conferências permanecerão até a tarde do dia 18 de maio. Concomitantemente haverá apresentação de painéis demonstrativos com debates.

Os trabalhos terão sempre a perspectiva elucidativa da efetividade do processo constitucional como instrumento de cidadania. O Congresso será reconhecido como extensão universitária, com carga horária de 40h/aula.

Contatos, pelo telefone (81) 3413-4611/4636.

As origens romanas do direito civil

Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias de Souza*

O Brasil conta, desde 11 de janeiro último, com um novo Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

Talvez seja oportuno um registro sobre as origens mais remotas do próprio Direito Civil.

Quando se procura saber o que foi o direito civil entre os romanos, observa-se que nem sempre é fácil estabelecer-se, com precisão, o que foram propriamente *o jus civile* (o direito civil), o *ius quiritium* (o direito quiritário), o *ius gentium* (o direito das gentes) e o *ius honorarium* (o direito honorário) ou *ius praetorium* (o direito dos pretores), por exemplo. Os romanistas, contudo (ou, ao menos, pode-se falar em uma corrente predominante) aceitam os conceitos seguintes: o *ius civile* era o direito próprio dos cidadãos romanos (*ius proprium civium romanorum*) ou como o queria, de forma mais ampla e genérica, o jurisconsulto Paulus: “*Aquele que, em cada cidade, é útil para a generalidade das pessoas*” (*quod omnibus aut pluribus in quaquo civitates utile est, ut est civile*).

Assim, o *ius civile* era o direito de cada cidade e útil à generalidade das pessoas.

Desde logo, recorde-se que Roma estava dividida em classes sociais (patricios, plebeus e clientes) e que só os patricios gozavam de todos os direitos civis e políticos (como o *ius suffragii* (direito de sufrágio), isto é, o direito de votar nos comícios; o *ius conubii* (o direito de casamento), vale dizer, o direito de contrair casamento, e tantos outros.

Para muitos autores, o *ius Quiritium* (o direito quiritário) era sinônimo de *ius civile*, ou seja, era o direito próprio e peculiar dos cidadãos romanos (dos patricios, naturalmente).

Apesar de, não raro, a expressão *Quiritium* expressar o próprio *ius civile*, repita-se, muitos romanistas o entendem apenas como o direito arcaico, que se estende desde as legendárias origens de Roma até o V século antes de Cristo, centrando-se na *Lex Duodecim Tabularum* (Lei das Doze Tábuas).

Acontece que a própria Lei das XII Tábuas, que Titus Livius considerava a fonte de todo o direito público e privado (*fontis omnis publici privati que juris*), também não escapa a esse quadro legendário, havendo, até mesmo, quem a aponte como apócrifa.

A propósito (sobre o particular da autenticidade) lembrem-se, por ilustrativas, as teses de Ettore Pais, Lambert e Girard.

Discussões e polêmicas à parte, em geral aceita-se que a redação da *Lex Duodecim Tabularum* realizou-se entre os anos de 451 e 450 a.C. pelos *decenviros* (dez varões), como

são conhecidos os legisladores aos quais é atribuída sua autoria.

Desse código romano, do que não resultou nenhuma versão completa, sabe-se que com ele vieram, para os plebeus, algumas conquistas em matéria de igualdade de direitos, como, por exemplo, que em certas matérias fosse o direito público (vale dizer, conhecido por todos e não apenas por alguns privilegiados) e escrito (ou seja, não consuetudinário), além de aplicável a patricios e plebeus.

Já por *ius gentium* entende-se o direito mais universal, alcançando a todos os homens livres e não apenas aos *civis romanum* (cidadão romano).

Na realidade, o *ius gentium* foi durante muito tempo o direito dos estrangeiros ou dos peregrinos.

A propósito, observou R. Sohn, em sua obra clássica, “*Instituições, História e Sistema do Direito Privado Romano*”. “*A história do direito romano teve grandes períodos: a época do direito da cidade* (até o último século da República) – de passagem recorde-se que o período chamado de República foi de 510 a.C. até 27 a.C. – é a época do direito universal (no tempo do império) – como se sabe o que é conhecido como Império em Roma foi de 27 a.C. a 565 d.C. – *No primeiro prevalece o direito estrito formal e nacional – o romano* (latino) —, *o direito civil à moda antiga; no segundo, o direito eqüitativo, livre de formas, a mercê do comércio internacional* (*ius gentium*) *e do intercâmbio do romanismo e do helenismo – o direito civil do futuro*”.

Em síntese, o *ius gentium* transformou o *ius civile* de direito de um povo determinado – o romano evidentemente – em um direito universal.

Quanto ao *ius honorarium* ou *ius praetorium*, que tanto impressionou a Savigny como formação não legislativa do direito, recorde-se, foi ele o resultado do labor dos magistrados.

Em verdade, o *ius honorarium* ou *ius praetorium* foi o direito que os magistrados criaram para ajudar a suprir ou, até mesmo, corrigir o *ius civile* ou, consoante a lição de Papiniano, “*direito criado pelos pretores, por utilidade pública: com fim de secundar, completar ou corrigir o direito civil*”. É o que se colhe, *ipsis litteris*, no Digesto: *ius praetorium est quod praetores introduxerunt adjuvandi vel supplendi vel corrigendi juris civiles gratia propter utilitatem publicam* (D.I. I.7.1).

O direito pretoriano, sem embargo de sua

enorme importância, possuía algumas limitações.

Em primeiro lugar, sua esfera de aplicação só se estendia à jurisdição, do pretor, ao contrário da *lex*, que valia para todo o Império; em segundo lugar, o edito do pretor tinha uma limitação temporal, posto que sua validade era apenas de um ano, enquanto a lei tinha seu caráter de permanência, e, ademais, o edito do pretor, se bem que pudesse até corrigir o direito civil (em sua aplicação), não podia, a rigor, revogá-lo.

De outra parte, para que se possa recordar a importância do direito romano (aqui considerado como um todo), basta que se tenha em mente o que ocorreu após a queda do Império Romano do Ocidente, no ano de 476 da era cristã.

Como bem sabido, após o importante episódio em referência, ruiu a *Pax Romana* e uma nova ordem bárbara – se é que se pode chamar assim – foi implantada, destruindo os fundamentos essenciais da cultura antiga, nos mais diferentes aspectos.

Todavia, os bárbaros deixaram subsistir a legislação imperial, ainda que, por vezes, aplicável somente aos súditos romanos (ora dominados). Acrescente-se que se valeram de tal legislação também para regular relações jurídicas entre os bárbaros (se bem que mantivessem, basicamente, os costumes tribais), que, em muitos casos, também se inspiravam em fontes romanas (como os códigos gregoriano, hermogeniano, teodosiano, as institutas de Gaio, as sentenças de Paulo etc). Exemplo significativo foi a *Lex Gondebalda* (lei Gondebalda) ou *Lex Roma Borgundiorum* (lei romana dos borguinhões ou borgúndios), promulgada pelo rei Gondebaldo da Borgonha, para o seu povo.

Francisco Amaral, em síntese feliz, assinala: “*O legado do direito romano, até hoje existente na cultura do mundo ocidental, traduz-se em alguns institutos de direito civil, como a teoria da personalidade, a capacidade de direito, a teoria dos bens e os direitos reais, a teoria da posse, a teoria geral das obrigações e dos contratos e a sucessão. E ainda, como princípios fundamentais, a liberdade, no sentido de uma esfera de atividade própria de cada indivíduo, e a existência e reconhecimento de direitos certos e precisos do cidadão. Dessa crença na liberdade surgiu o princípio da autonomia da vontade e a propriedade, como direito subjetivo absoluto*” (in *Direito Civil – Introdução*).

***Vice-Presidente no TRF-1ª Região e Professor Titular da Universidade de Brasília.**



Espaço Literário

Parabéns a você?!

Era quase noite, e um dos setores da luxuosa mansão encontrava-se todo enfeitado com centenas de balões coloridos, arranjos de flores e um pseudocastelo, montado apenas para auxiliar na decoração, onde se dispunham, de forma a simular uma cena de conto de fadas, diversos bichinhos de pelúcia e bonecos de gesso em tamanho infantil. Tudo havia sido planejado e meticulosamente cuidado por estranhos que vieram com o propósito de organizar todos os objetos trazidos em um caminhão. De vez em quando, uma mulher magricela e alta aparecia para verificar o serviço e reclamar, cheia de trejeitos, outra disposição dos enfeites. Ela corria todo o ambiente, carregando um semblante de nervosismo e preocupação, e, em muitos momentos, chamava um dos empregados da mansão para pedir-lhe algo ou perguntar-lhe sobre o coquetel e o jantar que seriam servidos. Finalizado todo o trabalho, a mulher correu os olhos por todos os cantos da área reservada para a ocasião e, logo, desapareceu. Após duas horas ressurgiu, elegantemente trajada, com uma criança de uns quatro anos, a qual puxava apressadamente por uma das mãos e a quem falou meio asperamente ao chegar a um sofá de um dos salões, de onde se avistava toda a área descampada: “Fique aí bem quieta até que os convidados cheguem. Não saia desse sofá para não sujar a sua roupa.” Enquanto a mulher foi fazer a sua última verificação, a criança ficou então ali sentada. Olhava todos os objetos coloridos espalhados pela casa como tentando entender por que deveria ficar naquele canto, parada, enquanto tudo aquilo estava ali para agradar-lhe. Porém, de súbito, o rosto de um jovem homem apareceu diante de seus olhinhos, suspendendo-lhe o pensamento. O enorme sorriso da criança denunciou ser-lhe mais importante essa imagem do que tudo aquilo avistado anteriormente. O homem, acariciando a pequenina cabeça e fitando a criança de maneira enternecida, disse: “Viu só que lindo o papai e a mamãe fizeram para você? É tudo seu, para o seu aniversário; espero que goste.” A criança, que até então estava calada, abraçou o rapaz e sussurrou: “Papai, será que hoje você pode brincar um

pouquinho comigo? só um pouquinho!” O homem, então, respondeu de forma apressada, deixando resvalar a mão sobre os delicados cabelos: “O papai ainda tem um compromisso antes da festa, aliás, já estou atrasado. Quando o papai voltar, talvez ainda possa brincar um pouquinho com você, está bem?”. A menina parecia já esperar aquela resposta. O homem foi-se embora, e ela continuou ali sentada, aguardando solitária a chegada de alguém. Começaram a surgir, finalmente, os convidados. Todos aparentavam falar sempre o mesmo. As crianças que vinham com os adultos, assim que chegavam, saíam desenfreadas para brincar. Em um instante, o ambiente ficou repleto. Pessoas que jamais a haviam visto apertavam-lhe as bochechas. Outras a olhavam sempre com o mesmo tipo de sorriso. Era como se apenas pudessem estar ali se o carregassem. A jovem senhora elegante, que devia ser a mãe da aniversariante e a anfitriã, andava por todo o salão onde se colocaram centenas de mesas e cadeiras para acomodar os convidados. Tudo parecia tão complicado e sem sentido, que se tornava cada vez mais chato aos olhos da singela criança. De vez em quando, ela partia rápido para brincar com algum dos variados brinquedos instalados na extensa área, tentando achá-lo divertido, mas logo lhe retornava o semblante sisudo e triste, evidenciando não haver sido aquele o seu desejo na comemoração da passagem de seu aniversário. Ela tentava entender por que sua mãe não pôde simplesmente restringir a festividade apenas às pessoas de que gosta; assim, estas ficariam perto, principalmente sua mãe, que, além de ter estado o dia todo ocupada com o

salão de beleza e os preparativos para a grandiosa recepção, por ter de dar atenção a tanta gente, dirigiu-lhe a palavra apenas na hora de cortar o confuso e exótico bolo: “Agora, fique aqui bem quieta para cantarmos os parabéns. Sorria, minha filha, olhe a foto, vai sair feia!”.



Márcia Regina Murça Barroso
Revisora da Assessoria de
Comunicação Social-Ascom

Crimes de lavagem de dinheiro

Resolução para criação de varas especializadas

Segundo informações do STJ, no dia 31 de março, o Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou resolução que estabelece a criação pelos Tribunais Regionais Federais de varas especializadas em crimes de lavagem de dinheiro no âmbito da Justiça Federal no prazo de 60 dias. A proposta da resolução foi apresentada pelo ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que foi convidado pelo Presidente do CJF e do STJ, ministro Nilson Naves, a prestar informações aos conselheiros sobre as recomendações feitas pela comissão formada por representantes dos três poderes e que estudou a aplicação da lei que dispõe sobre tais crimes.

Gilson Dipp informou ao CJF que a comissão, juntamente com a Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), concluiu caber à Justiça aparelhar-se melhor para identificar e apurar crimes de lavagem de di-

nheiro. Outra conclusão a que chegou a comissão foi dever o sistema de dados do Banco Central do Brasil ter informações mais detalhadas sobre as movimentações das contas bancárias de forma a poder, em curto prazo, criar um cadastro nacional de correntistas. Além disso, julgou importante que os bancos de dados do Bacen e da Secretaria da Receita Federal possam ser acessados pela Justiça para que o cruzamento das informações sirvam para instruir processos relativos a crimes de lavagem de dinheiro.

A conclusão geral da comissão foi de ser necessário à Justiça interagir mais com os órgãos do Governo que cuidam do Sistema Financeiro Nacional.



Decisões do TRF-1ª Região em Destaque

Lunus recupera seus bens

A empresa Lunus Serviços e Participações LTDA teve seus bens devolvidos depois de apreendidos em abril do ano passado pela Polícia Federal do Maranhão, mantidos deste então lacrados, na delegacia, por determinação judicial. No dia 19 de março, em julgamento pela 2ª Seção, os Desembargadores Federais decidiram, após recurso de mandado de segurança da Lunus, que os bens fossem restituídos a ela. Para os magistrados, os indícios de benefício financeiro da empresa em detrimento dos cofres públicos, no caso Sudam, não ficaram evidenciados para que seus bens continuassem ao dispor da Justiça.

O Ministério Público, quando do pedido de busca e

apreensão da Empresa, alegou ter a Lunus ligação acionária com as empresas Nova Holanda e Agrima, ambas acusadas de estarem envolvidas no desvio de verbas do projeto Usimar, financiado pela antiga Sudam. Na época, a denúncia atingiu a candidatura, pelo PFL, de Roseana Sarney por ser esposa de Jorge Murad, sócio da Lunus. De acordo com o TRF, a ligação acionária não coincidiu com a época em que os benefícios se deram, portanto não justificaria manter a validade do ato de busca e apreensão. A decisão não foi unânime, tendo havido dois votos discordantes do voto vencedor do Desembargador Mário César Ribeiro, relator do processo.

EVENTOS COMEMORAM A

Sessão Solene realizada na sexta-feira, dia 28 de março, às 16h, na sala de Sessões Plenárias, iniciou a tarde comemorativa dos 14 anos de instalação do TRF-1ª Região. Após a apresentação da servidora do Gabinete da Presidência Beatriz de Mattos, que cantou o Hino Nacional acompanhada pela pianista Elisa Silveira e Silva, o Presidente Catão Alves abriu a solenidade em que estiveram presentes desembargadores federais da Casa, o Secretário-Geral da Presidência, Coronel Mário Santana, o Diretor-Geral, Alcides Diniz, diretores de unidades administrativas, servidores, ministros de tribunais superiores e autoridades jurídicas.

Na ocasião, o Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira fez um breve discurso no qual ressaltou a coragem e a dedicação da equipe de magistrados e servidores quando da instalação do Tribunal e, numa pequena retrospectiva, citou os nomes de todos os membros que compuseram o TRF até os dias atuais. Por fim, parabenizou a Casa pela dedicação e empenho com que os trabalhos vêm sendo realizados junto à sociedade.

Também discursaram o representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselheiro Federal Marcelo Lavocat Galvão, e a Procuradora-Chefe Substituta da Procuradoria Regional da República, Denise Vinci Túlio. Em seu discurso, a Procuradora parabenizou a Desembargadora Federal Selene de Almeida pelo trabalho na Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região e lembrou aos presentes os assassinatos dos Juízes de Direito de São Paulo e Espírito Santo, respectivamente, Antônio José Machado e Alexandre Martins de Castro Filho, afirmando que o Ministério Público está solidário com o Judiciário contra os atos de violência cometidos à magistratura.



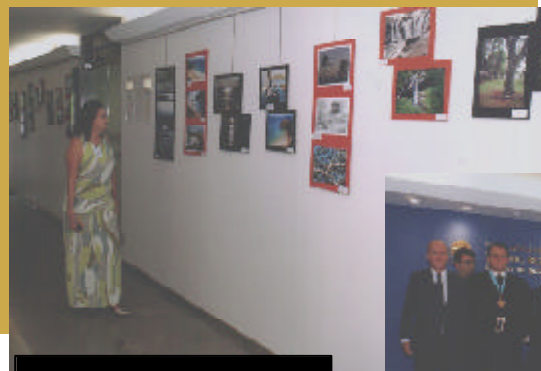
Desembargador Federal Luiz Gonzaga discursando na solenidade



1º Vice-Presidente, Anselmo Santiago, e Presidente do Tribunal inauguram Galeria de Vices



Presidente Catão Alves, D. Rosamaria Catão, D. Maria Luíza Soares, Juiz Federal Bruno Oliveira e Vice-Presidente Carlos Fernando Mathias



Diretora da Secbe, Sônia Maria Garcez, apreciando fotos do concurso



Desembargadores do Tribunal prestigam Galeria de Vice-Presidentes

VERSÁRIO DO TRIBUNAL

Após o encerramento da Sessão Solene, o Presidente Catão Alves convidou a todos os presentes para se dirigirem ao Salão Nobre, onde o primeiro Vice-Presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Federal Anselmo Santiago, cortou a faixa de inauguração da galeria de Vice-Presidentes da Casa. Na ocasião, o Desembargador Federal Catão Alves referiu-se ao momento como uma oportunidade de registrar a história do Tribunal.

Concurso de fotografias – Após a inauguração da galeria, desembargadores federais da Casa, convidados e servidores dirigiram-se ao Espaço Cultural para a abertura da primeira mostra de fotografias do Tribunal. A exposição foi composta pelas 134 fotos que participaram do I Concurso de Fotografias do TRF-1ª Região, promovido pelo Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho.

Quem esteve no Espaço Cultural pôde apreciar a beleza das fotografias que concorreram à premiação. Na ocasião, foram entregues os prêmios para os vencedores do concurso nas duas categorias: Gente e Natureza.

O Presidente Catão Alves entregou à servidora do TRF-1ª Região Rosângela Evangelista (foto 1) um cheque simbólico de R\$ 2.000,00 pelo primeiro lugar na categoria Natureza, com a foto “Fila Indiana”, e o autor da fotografia que ficou em segundo lugar, Mauro Putini (foto 2), servidor da Casa, recebeu das mãos do Desembargador Federal Vice-Presidente, Carlos Mathias, o prêmio de R\$ 1.000,00 pelo trabalho intitulado “Varal”. A foto “Menino do Sol” garantiu o terceiro lugar ao servidor da Seção Judiciária da Bahia Paulo Sérgio Campos Teixeira, representado pelo colega Euvaldo Pinho (foto 3), que recebeu do Corregedor-Geral Aloísio Palmeira o prêmio de R\$ 500,00.

O primeiro lugar da categoria Gen-

te, Euvaldo Pinho, também da seccional baiana, veio especialmente de Salvador para participar da solenidade e receber o prêmio de R\$ 2.000,00 pela foto “Marcas do Tempo”, entregue pelo Desembargador Federal Antônio Ezequiel, Presidente da Comissão Julgadora do Concurso. O segundo lugar ficou com a foto “Menina Marajoara”, registrada pela servidora da Seção Judiciária do Pará Cleide Socorro Azevedo Pereira, que foi representada pela servidora Rosângela Evangelista. A premiação de R\$ 1.000,00 foi entregue pelo gerente da agência Poder Judiciário do Banco do Brasil, Ricardo Newman de Oliveira. A foto “Meninos” foi a terceira colocada, e o autor Waldemar Medeiros Freitas, da Seção Judiciária da Bahia, representado por Euvaldo Pinho, recebeu o cheque de R\$ 500,00, entregue por Mauro Santana, gerente de relacionamento do Banco junto ao Tribunal.

Duas fotos receberam Menção Honrosa da Comissão Julgadora do Concurso: “Trocando Olhares”, do servidor do Tribunal André Sampaio da Silva, e “São Tricampeãs”, da servidora da Seção Judiciária do DF, Ana Celina da Cunha Neves.

Euvaldo Pinho comemorou o primeiro lugar da categoria Gente. “Eventos como esse valorizam o lado mais humano do servidor e contribuem para que se tenha melhor qualidade de vida”, afirmou. A servidora Rosângela Evangelista, vencedora do primeiro lugar da categoria Natureza, destacou que o concurso revelou o enorme potencial artístico do Tribunal. Ela ressaltou que sua fotografia não foi a “melhor foto”, mas sim a foto premiada naquele momento “Na arte é assim; não existe

o melhor trabalho, existe o trabalho que foi premiado naquela situação”, disse ela.

Exposição fotográfica dos JEFs – Depois da entrega dos prêmios, o Presidente Catão Alves e o Juiz Federal Auxiliar Bruno Augusto Santos Oliveira, representando a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, Coordenadora dos Juizados Especiais Federais, inauguraram os Painéis Fotográficos em comemoração ao primeiro aniversário de instalação dos JEFs da 1ª Região.

Nove painéis, instalados em frente à sala de sessões plenárias, mostravam fotos dos Juizados e dados estatísticos do funcionamento de cada JEF instalado. Também estavam expostas as fotos dos Juizados Especiais Federais Itinerantes realizados nas cidades de Castanhal, no Pará, Gurupi, em Tocantins, Benjamim Constant, no Amazonas, Ji-Paraná, em Rondônia, e Varginha, em Minas Gerais. O evento foi encerrado com um coquetel patrocinado pelo Banco do Brasil.





Seções Judiciárias

AM AMAZONAS AM

Visita técnica do engenheiro do Tribunal



Diretor da Secretaria Administrativa, Edson Souza e Silva; Juíza Federal Diretora do Foro em exercício; e Diretor da Divisão de Engenharia do Tribunal, Luiz Otávio Campello Montezuma.

O Diretor da Divisão de Engenharia do Tribunal, Luiz Otávio Campello Montezuma, esteve visitando a Seção Judiciária, nos dias 12 e 13 de março, com a finalidade de elaborar as diretrizes, especificações e dados técnicos necessários à contratação dos projetos arquitetônicos de fundações e de instalações da obra de ampliação do edifício anexo da Seccional, cujos recursos orçamentários, no valor de R\$ 3.600.000,00, já foram disponibilizados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Apresentação dos novos juízes substitutos

No dia 21 de março, a Seção Judiciária do Amazonas recebeu os Juízes Federais Substitutos Brunno Christiano Carvalho Cardoso, Geneviève Grossi Orsi e Raquel Chiarelli.

Após a apresentação dos novos magistrados, foi servido um coquetel, em que estiveram presentes, entre muitos, procuradores, advogados, defensores públicos, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/AM e o Presidente do TRF.



Novos Juízes Federais Rachel Chiarelli, Brunno Chistiano Carvalho Cardoso e Geneviève Orsi Grossi

MG MINAS GERAIS MG

Juizado Criminal Itinerante em Montes Claros

Aconteceu em Minas Gerais, de 1 a 4 de abril, o Juizado Especial Federal Criminal Itinerante, nas dependências do Fórum da Cidade de Montes Claros. O Juizado contou com a participação dos Juízes Federais Murilo Fernandes de Almeida (9ª Vara / 2º Juizado Especial Federal Criminal) e Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa (4ª Vara / 1º Juizado Especial Federal Criminal), dos Procuradores da República Eduardo Morato e Jaime Mitropoulos, dos servidores Luiz Eduardo Stancini Cardoso e Mônica de Deus Gil e com a colaboração do Juiz Diretor do Foro, José Geraldo, e da OAB/MG, que indicou defensores dativos.

Dos 74 processos, houve transação penal em aproximadamente 60%. O Juizado atendeu a várias cidades do norte de Minas, circunscritas às atribuições do Departamento de Polícia Federal de Montes Claros. A rapidez com que os processos foram resolvidos e a presença de técnicos do Ibama e da Anatel nas audiências garantiram o sucesso do evento.

TO TOCANTINS TO

Quadro de juízes está completo pela primeira vez

Após completar seus 11 anos, em 18 de maio, a Seção Judiciária de Tocantins, pela primeira vez, está com seu quadro de juízes completo.

Aprovados no IX Concurso, realizado no ano de 2002, entraram em exercício no dia 17 de março os Juízes Federais Substitutos Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, na 1ª Vara, e Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza, na 2ª Vara Federal, designado para atuar nos Juizados Especiais Federais.



Da esquerda para a direita: Dr. Marcelo Velasco Nascimento Albernaz, Dra. Denise Dias Dutra Drumond, Dr. Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto e Dr. Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza.

BA BAHIA BA

Novos juízes federais substitutos entram em exercício

Doze novos Juízes Federais Substitutos entraram em exercício na Seção Judiciária da Bahia. Os novos magistrados foram designados, por meio de Ato da Presidência do TRF-1ª Região, para atuarem nas seguintes Varas Federais (foto): 2ª Vara, Alexandre Buck Medrado Sampaio; 4ª Vara, José Valterson de Lima; 5ª Vara, José Baptista de Almeida Filho Neto; 9ª Vara, Sandra Lopes dos Santos; 10ª Vara, Cristiano Miranda de Santana; 15ª Vara, Regivano Fiorindo; 16ª Vara, Regis de Souza Araújo; 17ª Vara, Eduardo Gomes Carqueija; 18ª Vara, Fábio Rogério França Souza; 19ª Vara, Renato Grizotti Júnior; e 20ª Vara Federal, Roberto Carlos de Oliveira.



Decisões das Seções Judiciárias em Destaque

PI
PI
PIAUI
PI
PI

Correição geral ordinária

Estiveram em visita à Seccional, no período de 21 a 27 de fevereiro, o Desembargador Federal e Corregedor-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Aloísio Palmeira Lima, acompanhado dos Juizes Federais Marcos Augusto de Sousa e Cândido Moraes Pinto Filho (BA), de Marcos Aurélio de Brito, Chefe da Assessoria da Corregedoria do TRF-1ª Região, e da Desembargadora Federal e Coordenadora Geral dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, Selene Maria de Almeida, para realizarem a Correição Geral Ordinária nos processos em tramitação na Justiça Federal no Piauí e no Juizado Especial Federal Cível e Criminal no Estado.

Na oportunidade, o Corregedor-Geral teceu valiosos elogios à Turma Recursal do Estado pelo brilhante trabalho desempenhado, servindo, pois, de modelo para as demais Turmas Recursais da 1ª Região.

Seccional recebe formandos

Recepcionados pelo Diretor do Foro, Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, nos dias 12 e 17 de fevereiro, os bacharelados do 2º Período/2002 do Curso de Direito das Universidades Estadual e Federal do Piauí visitaram a Justiça Federal do Piauí.

De iniciativa da Seção de Comunicação Social, a visita faz parte de um projeto que visa a promover a imagem da Justiça Federal junto ao meio acadêmico e à sociedade piauiense.

DISTRITO FEDERAL

5ª Vara inova com atendimento agendado

A Juíza Federal da 5ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, Daniela Maranhão Costa Calixto, assinou, na semana passada, a Portaria nº 001, que institui o atendimento agendado aos advogados por fac-símile ou e-mail, visando dinamizar o atendimento ao público.

Informações sobre o funcionamento, pelo e-mail 05vara@df.trf1.gov.br ou pelo telefone (61) 315-6150.



MINAS

Tribunal do Júri

O júri federal em Minas Gerais condenou ex-policia civil a 26 anos de reclusão por matar o auditor da Receita Federal Nestor de Mendonça Leal, à época, delegado adjunto. O julgamento, presidido pelo Juiz Federal Vallisney Oliveira, foi o nono relacionado ao caso, restando apenas o julgamento do ex-secretário adjunto da Segurança Pública igualmente acusado de participar da trama. Seu julgamento foi postergado devido ao fato de ainda tramitar nas instâncias superiores recurso concernente à sentença de pronúncia.



Inspeção Judicial em cemitério

A edificação que a construtora Freire, Mello LTDA pretende fazer às proximidades do cemitério da Soledade não poderá passar dos 40 metros, conforme projeto anteriormente apresentado. A decisão do Juiz Federal do Pará, Gláucio Maciel, após inspeção no local, foi de que, apesar de uma análise de alta qualidade e esclarecimentos elucidantes por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan, mostrando a importância da exigência de 19m para construção de edifícios no entorno do cemitério da Soledade, tombado em 1964, os prejuízos que porventura ocorram no conjunto arquitetônico não se mostram relevantes neste caso.

Na inspeção, o Juiz constatou que se situa o cemitério a 90m de distância do lote onde a construtora pretende erguer sua obra, que no espaço entre o cemitério e o lote já existe um edifício de 60m, e, assim, a interferência do prédio na visibilidade é mínima, conclui o juiz.



AMAZONAS

Fraude em Manaus

Penas que variam de 21 a 35 anos de reclusão e perdas de diversos bens em favor da União foi a sentença estipulada pela Juíza Federal Jaiza Maria Pinto Fraxe, da 1ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, no caso de fraude envolvendo a empresa de fachada DM Eletrônica da Amazônia LTDA. A Empresa era utilizada para encobrir contrabando de mercadoria de uma organização criminosa que envolvia funcionários públicos, causando prejuízos à economia local e ao fisco federal e estadual.

A operação conhecida por "Maquiagem na Zona Franca de Manaus", consistia na emissão de laudo falso da Suframa que permitia a aprovação da Linha de Produção de 18 itens, supostamente produzidos pela Empresa. Na realidade, os objetos eram importados como se de insumo se tratasse por meio de ilícitas colaborações de auditores fiscais e técnicos da Receita Federal da Alfândega de Manaus, funcionários da Suframa, da Sefaz e do Porto de Manaus.



Inquérito para apurar grampos telefônicos

O Juiz Federal Antônio Oswaldo Scarpa, da 17ª Vara da Seção Judiciária da Bahia, prorrogou o prazo para conclusão do inquérito policial que investiga as escutas telefônicas ilegais no estado. A partir do dia 7 de março, o delegado da Polícia Federal responsável pela apuração, Gesival Gomes, tem mais 60 dias para dar continuidade às investigações.



Meio Ambiente em discussão no Acre



O Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco, no Acre, foi o palco ideal para tratar de um dos temas que mais têm despertado o interesse da comunidade em geral: meio ambiente. Nos dois dias de debates e discussões sobre o

tema, diversas questões ambientais e suas implicações nas áreas cível, penal, processual e legislativa foram abordadas por especialistas de diversas partes do País.

O Seminário Direito Ambiental, que vem sendo realizado há cinco anos consecutivos em Brasília, sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal, aconteceu pela primeira vez no Acre, com o apoio do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da Seção Judiciária do Acre, e reuniu, nos dias 27 e 28 de março, autoridades das mais altas cortes judiciais brasileiras.

De acordo com o Ministro César Asfor Rocha, Coordenador-Geral da Justiça Federal, o estado foi escolhido em função de sua histórica preocupação com as questões ambientais, além de destacar-se como referência universal na preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. O Governador Jorge Viana elogiou a iniciativa do Conselho da Justiça Federal em levar as discussões para o estado.

Diante de uma atenta platéia com cerca de quinhentas

pessoas, especialistas em diversas áreas do Direito Ambiental esclareceram assuntos como conflito de competência, licenciamento ambiental, reparação e compensação do dano ao meio ambiente, entre outros; os crimes contra a natureza ganharam espaço de destaque no Seminário. O motivo: os cinco anos da criação da lei de crimes ambientais que, embora não esteja produzindo os efeitos necessários, representa um avanço.

Entre um dos ilustres palestrantes estava o Desembargador Federal do TRF da 1ª Região, I'talo Mendes (foto), que discorreu sobre o tema Licenciamento Ambiental, sua importância e a necessidade de exigí-lo. Segundo ele, é direito de todo cidadão um meio ambiente sadio. “Eu vejo o licenciamento ambiental uma tentativa válida de conciliar desenvolvimento econômico com preservação, e uma forma de externar nosso compromisso com as gerações futuras”, concluiu.



Na avaliação do Coordenador do evento Ministro César Rocha, o Seminário foi altamente positivo e demonstra a preocupação do Judiciário com o meio ambiente no País.

Os interessados pelo tema Direito Ambiental podem ter acesso às palestras proferidas durante o Seminário no endereço www.cjf.gov.br.

Comunidade jurídica lamenta perda de prestigiado mestre

A comunidade jurídica sofreu uma triste perda no dia 29 de março com o falecimento do juiz federal, professor universitário e Cidadão Honorário de Juiz de Fora, José Wilson Ferreira Sobrinho. Seu sepultamento ocorreu no Cemitério Cacua, na Ilha do Governador, no estado do Rio de Janeiro. A missa de 7º dia do seu falecimento foi realizada na Igreja Catedral, às 18h e 30min.

José Wilson exercia a titularidade da Primeira Vara Federal de Juiz de Fora e era, também, o Juiz Coordenador da Subseção Judiciária. Ele iniciou a sua carreira jurídica como Promotor de Justiça Substituto na cidade de Piripiri/PI, em 1986, ocupando, ainda, os cargos de Assessor da Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí e Assessor da Assembléia Constituinte Estadual do Piauí, no ano de 1989. Posteriormente, foi Juiz do Trabalho da 16ª Região, no período de 1990 a 1994, antes de ingressar na magistratura federal.

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, José Wilson era professor

da Universidade Federal de Juiz de Fora, membro da Comissão do Ministério da Educação e responsável pelo exame das condições de funcionamento dos Cursos de Direito nos estados de Alagoas, Goiânia, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

É com razão que a comunidade jurídica está de luto pela morte desse mestre piauiense com apenas 46 anos. Ele deixou treze livros publicados e inúmeros artigos como colaborador do Repertório de Jurisprudência IOB e da Revista de Direito Administrativo-DCAP. Entre os títulos mais conhecidos se destacam: “Obrigação Tributária Acessória”, “Imunidade Tributária”, “Direito Tributário-Temas Pontuais”, “Pesquisa em Direito e Redação de Monografia Jurídica”, “Metodologia do Ensino e Avaliação em Direito”, “Didática e Aula em Direito”, “Técnica de Elaboração da Sentença”, “Concretude Processual”, “Maçonaria e Direito” e “Legislação Maçônica”.

Homenagem dos servidores da 1ª Vara da Subseção de Juiz de Fora/MG.

A vergonha e as relações no trabalho

Vergonha é um sentimento que se vem cristalizando como elemento marcante do comportamento nos tempos modernos. Como conseqüência da modernidade, o nosso enfrentamento com nós mesmos é cada vez mais exigido, buscado e esperado, criando-se um desejável modelo de equilíbrio através do desenvolvimento de um crescente autocontrole. Sendo assim, os pequenos gestos, qualquer atitude, exige do homem atual uma vigilância constante sobre sua própria pessoa. Com o individualismo em proeminência, as ações do indivíduo tornando-se objeto central favoreceram a configuração de um quadro em que os sentimentos mais ligados à própria pessoa passaram a ganhar atenção especial. A vergonha é um sentimento de inadequação da pessoa e, portanto, tem ditado muitas vezes normas de comportamento que afetam o indivíduo não só nos círculos familiares e mais íntimos, mas também no trabalho e nas relações mais formais.

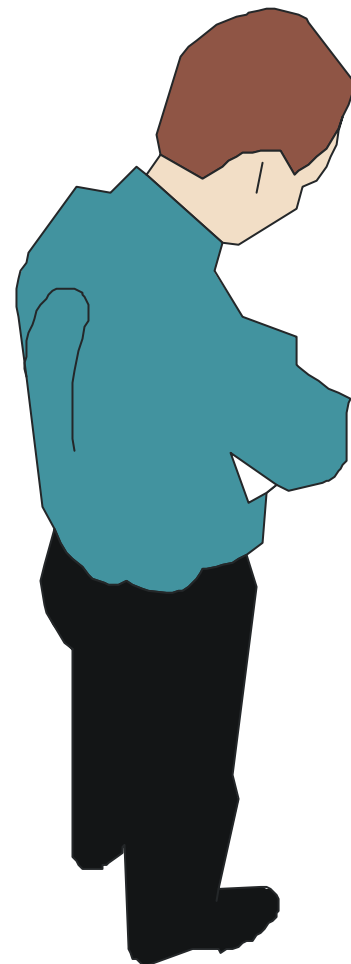
Com um olhar mais atento à história, verifica-se que, depois da idade média, o homem paulatinamente passou a agir de uma forma muito mais privada, criando uma área mais reservada e, portando, inserindo a “intimidade” nos seus valores a buscar. Comendo com as mãos, tomando banhos públicos, comunidades inteiras se aglomeravam sem privacidade, até mesmo para a prática do sexo. O quarto era para muitos e não possuía a simbologia da importância dada ao espaço pessoal íntimo; as roupas a esconder cada vez mais as intimidades e as “boas maneiras” passaram a ser a ordem do dia; crianças, antes envol-

vidas nas passagens corriqueiras da vida, da morte aos prazeres, com poucas restrições ou pudores, tiveram suas ações mais restringidas e cerceadas por grande número de normas de condutas, que, por sua vez, paulatinamente levaram a um distanciamento de suas maneiras de agir em relação às do adulto. Tachados de vergonhosos, muitos atos avolumavam-se, provocando nas pessoas este sentimento de inadequação pessoal aos lugares, aos momentos, aos outros e até mesmo à sua própria pessoa.

O caminho que passou a trilhar este “novo” homem apontou como essencial o autocontrole. O indivíduo, suas ações, os motivos destas ações, suas relações começaram a ocupar posição central no mundo moderno; os sentimentos passaram a ser estudados de forma científica, haja vista a psicanálise. Para que as atitudes pessoais pudessem corresponder às expectativas consagradas pelos novos valores, para evitar o indesejável sentimento de “vergonha”, associado cada vez mais a crescente número de condutas, tornou-se imprescindível o autocontrole. Seres humanos racionais e, portanto, controladores de si mesmo, afiguram-se como os mais adequados. O bate-papo interno, um autocontrole crescente para evitar o sentimento de inadequação serviram de matéria-prima para a criação de uma personalidade diferenciada, potencialmente hábil no jogo da convivência diária.

As repercussões do rearranjo que se forma deste quadro para a vida deste homem do século XXI alcançam sua vida íntima e sua vida pública. As re-

lações no trabalho, particularmente, configuram-se em grande parte pela postura do homem atual frente a si mesmo, de seu confronto com suas características mais intrínsecas. O sentimento de vergonha vai ser amplamente responsabilizado pela sua postura no ambiente de trabalho. Nas relações de trabalho, onde se costuma ter variedade de situações, ao indivíduo é constantemente exigido um enfrentamento; a vergonha, neste caso, representa um entrave pessoal que tem que ser combatido e, portanto, ocupa na agenda pessoal atenção especial. Assim, o sentimento de vergonha está na pauta da modernidade, e as políticas internas de adequação de pessoal nas empresas terão ganhos no contexto atual.



Marília Maciel Costa

Aluna do Doutorado de Sociologia da UNB e
Analista Judiciária do TRF-1ª Região

O crime organizado e a sociedade

Vanar Carlos Guedes *



Sou brasileiro, vivo minha realidade no meio da minha gente, sofro com meus irmãos e com a falta de sensibilidade de nossos governantes.

Fico estarecido com a possibilidade de mais um pai de família, de um jovem ou até criança e idosos serem mortos pelo crime organizado. O Poder Público não pode permanecer inerte em face do sofrimento de quem perde um ente querido.

Facções criminosas agem em nosso território com a conivência de governos eleitos por nós. Conivência?! Sim. Governos estaduais impotentes para a luta individualizada perante impérios do crime, que não admitem a intervenção do Governo Federal na guerra já deflagrada, são coniventes e, quiçá, co-responsáveis pelo sangue derramado de inocentes. De igual forma, o Governo Federal deve dispensar o discurso retórico e investir com força e poder.

Temos de ter em mente que a luta ora travada não é intramuros, seu espectro refoge aos limites de nossos es-

tados, já tem, inclusive, ramificações continentais.

Daí, necessário que se esqueça que o partido que elegeu o nosso Presidente é diferente daquele que elegeu o governador. A violência urbana já está na nossa porta, as diretrizes partidárias não são mais importantes que vidas (muitas vidas).

Não podemos falsear a realidade que salta aos olhos. Antes, os criminosos atacavam a comunidade, as pessoas, os civis; hoje, a face democrática do Estado está manchada de sangue. Quem foi instituído para proteger o meu direito de ir e vir não consegue expor sua imagem em público, corre o risco de perder a identidade.

A solução para esse embate é de todos conhecida: a reformulação das leis penais processuais e substantivas associada à construção de presídios de

segurança máxima.

O Poder Legislativo não pode se furtar à luta, deve antes de tudo se engajar com rapidez no estudo e no debate político. Deve produzir leis que dêem mecanismos seguros e eficazes para o órgão judicante

exercer seu mister.

Se nenhum estado-membro quer sediar presídio federal, a União é possuidora de vastas terras no Distrito Federal, as quais, por inoperância dos órgãos de fiscalização, vêm servindo a grileiros (outra faceta do crime organizado), bem como não necessita de autorização política de outro ente federado para realizar empreendimento dessa monta.

Meus irmãos, o país que herdamos de nossos pais, com certeza, é bem melhor que este em que vivemos e estamos prestes a passar aos nossos filhos. Logo, não sejamos tardios em lutar por um Brasil melhor, a responsabilidade é de todos.

*** Diretor de Secretaria da 2ª Vara de Uberaba e Analista Judiciário da SJDF**

Presidente visita Gráfica e obras no Centrejufe

O Presidente Catão Alves, acompanhado pelo Diretor-Geral, Alcides Diniz, pelo Secretário-Geral, Cel. Mário Santana, e pelo Assessor da Presidência, Alcino Barreto, esteve visitando as instalações da Divisão de Serviços Gráficos (Digra) do Tribunal (foto), localizada no Setor de Abastecimento e Armazenamento Norte (SAAN), na manhã de 21 de março. Ao chegarem à Unidade, foram recebidos pelo Secretário de Administração, Rômulo Santos de Araújo, e pela Diretora da Digra, Patrícia Luciano Pereira. Na Gráfica, o Presidente do Tribunal e sua equipe tiveram a oportunidade de conhecer de perto todo o trabalho de impressão e montagem de livros e revistas editados pelo Tribunal. Em seguida, dirigiram-se às novas instalações da Gráfica do Conselho da Justiça Federal, situada também no Setor de Abastecimento Norte, onde foram recepcionados pelo Secretário-Geral daquele órgão, Rubens Luiz Murga.

Após visitas às Gráficas, tanto o Presidente como o Diretor-Geral e o Secretário-Geral do TRF dirigiram-se ao Centrejufe, localizado no Setor de Clubes Sul, para acompanharem de perto o andamento das obras que estão sendo realizadas no local. No Centro de Treinamento, aguardavam a visita do Presidente os diretores, da Secju, Terezinha Pereira Ramos Marques; da Sepla, Carlos Frederico Maia; da Secre, Alex Amorim; da



Acima, Presidente e dirigentes no Centrejufe. Ao lado, Patrícia Pereira, Diretora da Digra, explica o funcionamento da Gráfica ao Presidente do Tribunal, ao Diretor-Geral e ao Secretário Geral

Secoi, Pedro Maximiano; da Dieng, Luiz Otávio Montezuma; da Direh, José Carlos Viana; a Assessora Parlamentar Helga Jucá e a Chefe da Asmag, Elza Cesetti.

O Diretor da Dieng aproveitou o momento para mostrar a todos as plantas baixas relativas às novas instalações do Centrejufe e explicar detalhes sobre a execução das obras.

Reinaugurado campo de futebol do Centrejufe

Na manhã do dia 05 de abril foi inaugurado o novo campo de futebol do Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe). Na ocasião, um grupo de servidores da Seção Judiciária de Goiás participou de um jogo contra os servidores do TRF da 1ª Região. Durante o evento estiveram presentes o Presidente Catão Alves e o Diretor-Geral Alcides Diniz.





Realizada com sucesso a vacinação contra a gripe

O Serviço Médico do Tribunal proporcionou a todos mais uma vacinação contra a gripe nos dias 07 a 09 de abril, no Setor de Enfermagem do Tribunal (Edifício Dona Marta XVIII, Entrada "A"). A campanha acontece anualmente e atende a magistrados, servidores, prestadores de serviços e estagiários.

Riscos da doença – A gripe é uma doença infecciosa e contagiosa, cujos sintomas são febre, coriza, tosse seca, dor de garganta, dor de cabeça e no corpo. Em idosos e em portadores de doenças crônicas existe maior risco de complicações como a pneumonia. Por isso, a importância da vacinação contra a gripe, principalmente, para este grupo. A vacina é contra-indicada a pacientes que têm história de reação alérgica grave a algum de seus componentes (à base de vírus cultivados em ovo de galinha, inativados e fracionados), que possuem doenças não diagnosticadas ou casos de doenças crônicas não controladas.

Unimed tem novo telefone

O Setor de Atendimento ao Beneficiário–Seabe informa que há etiquetas à disposição dos interessados com o novo número da Central de Atendimento 24 horas da Aliança Unimed. As etiquetas com o novo telefone, (061) 218-0202, deverão ser coladas na carteira "Unimed", substituindo o antigo.

Dúvidas, ligar no ramal 214. Retire logo a sua e de seus dependentes!

PGQVT compartilha filosofia de trabalho



Associação Brasileira de Qualidade de Vida do DF visita Tribunal



Ruth Vaz, Coordenadora do PGQVT, expõe aos visitantes

No dia 31 de março, o TRF da 1ª Região, por meio do PGQVT, recebeu a visita técnica da Associação Brasileira de Qualidade de Vida Regional Brasília-DF (ABQV-DF). A cada dois meses a ABQV-DF visita instituições que investem de forma criativa no capital humano. A visita é destinada aos associados, tanto pessoas físicas como jurídicas, e visa apresentar subsídios para a realização de trabalhos que prezam pela qualidade de vida. Ruth Vaz, Coordenadora do Programa de Gestão em Qualidade de Vida do Tribunal, considera uma honra ter sediado a primeira visita técnica do ano, já que foi possível compartilhar a filosofia do Programa e a política de qualidade de vida do TRF com as demais instituições.

Estiveram presentes representantes da Terracap, Metrô, Sesi, CNI, TCDF, TRT-23ª Região, BRB, Novacap e estudantes do curso de psicologia do Uniceub.

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais–SECBE

Quadro I

Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefício

(Dados até 31/01/03)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	5.399.641,00		5.399.641,00
2 - Creche	566.841,00		566.841,00
3 - Auxílio Transporte	133.085,00		133.085,00
4 - Material Escolar		237.360,00	237.360,00
5 - Programa Qualidade de Vida		15.851,69	15.851,69
Subtotal I	6.099.567,00	253.211,69	6.352.778,69
II - Despesas Médicas			
1 - Consultas	115.508,47	144.063,74	259.572,21
2 - Exames Laboratoriais	94.506,93	117.870,33	212.377,26
3 - Exames Radiológicos	73.505,39	91.676,92	165.182,31
4 - Internações	399.029,26	497.674,73	896.703,99
5 - Psicologia	21.001,54	26.193,41	47.194,95
6 - TFD	-	31.554,64	31.554,64
7 - Outras	147.010,78	183.353,86	330.364,64
Subtotal II	850.562,37	1.092.387,63	1.942.950,00
III - Despesas Odontológicas			
1 - Dentisteria	31.502,31	39.290,11	70.792,42
2 - Prótese Dentária	94.506,93	117.870,33	212.377,26
3 - Periodontia	10.500,77	13.096,70	23.597,47
4 - Outras	63.004,62	78.580,22	141.584,84
Subtotal III	199.514,63	248.837,36	448.351,99
IV - Despesas Área Administrativa			
1 - Fenaserjus	-	343.185,96	343.185,96
2 - Seguro de Vida	-	59.834,32	59.834,32
3 - Passagens e Hospedagem	-	17.584,63	17.584,63
4 - Outras	-	22.634,22	22.634,22
Subtotal IV	-	443.239,13	443.239,13
Total Geral	7.149.644,00	2.037.675,81	9.187.319,81

Fonte: Divaf e Sepla

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonodologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, radiologia, cirurgia, endodontia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

Programa de Assistência aos servidores do TRF-1ª Região

Demonstrativo de receitas e despesas (2003)

R\$ 1,00

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS							
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	RECEITAS				DESPESAS	SALDO	
						CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS	TOTAL		
Saldo Dez/02		418.052,00		418.052,00						5.987.133,79		5.987.133,79
jan/03	418.052,00	11.325.600,00	233.756,00	11.509.896,00	5.987.133,79	945.570,39	62.738,09	92.071,35	29.295,95	1.129.675,78	1.115.653,40	6.001.156,17
fev/03	11.509.896,00		816.321,00	10.693.575,00	6.001.156,17	1.041.386,35	53.739,23	100.203,05	25.471,83	1.220.800,46	922.022,41	6.299.934,22
mar/03				-						-		-
abr/03				-						-		-
mai/03				-						-		-
jun/03				-						-		-
jul/03				-						-		-
ago/03				-						-		-
set/03				-						-		-
out/03				-						-		-
nov/03				-						-		-
dez/03				-						-		-
TOTAL 2003		11.743.652,00	1.050.077,00	10.693.575,00		1.986.956,74	116.477,32	192.274,40	54.767,78	8.337.610,03	2.037.675,81	6.299.934,22

Fonte: Recursos União - Sepla; Recursos Próprios - Divaf.

Obs 1: O "Saldo de Dez/02" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio - Transporte.



Estadística da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência - março 2003

Re Admitido	72
Resp Admitido	224
Re não Admitido	84
Resp não Admitido	148
Despachos Diversos	353
Suspensão de Segurança Deferida	10
Suspensão de Segurança Indeferida	2
Decisão diversa em Susp. de Segurança	31
Despacho diverso em Susp. de Segurança	4
Total	928

* Dados fornecidos pela Asret

Estadística da Vice-Presidência março 2003

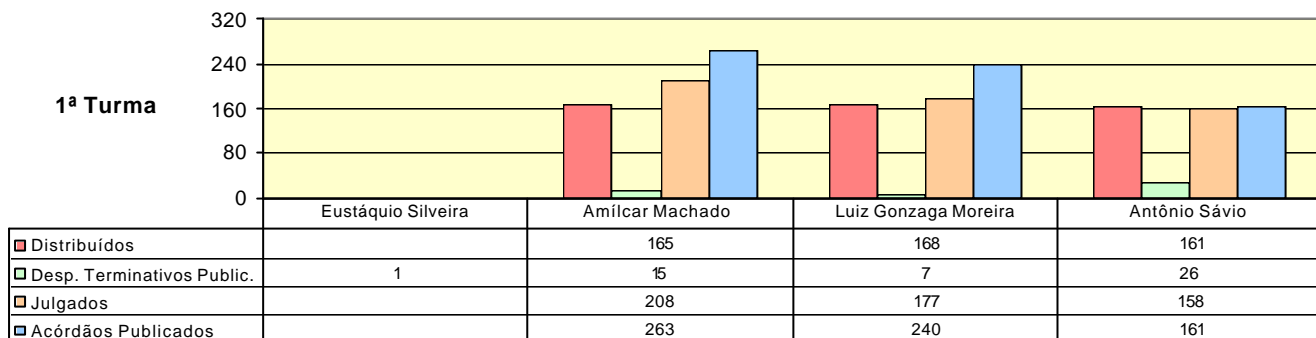
Re Admitido	141
Resp Admitido	185
Re não Admitido	61
Resp não Admitido	157
Despachos Diversos	18
Total	562

* Dados fornecidos pela VIppe

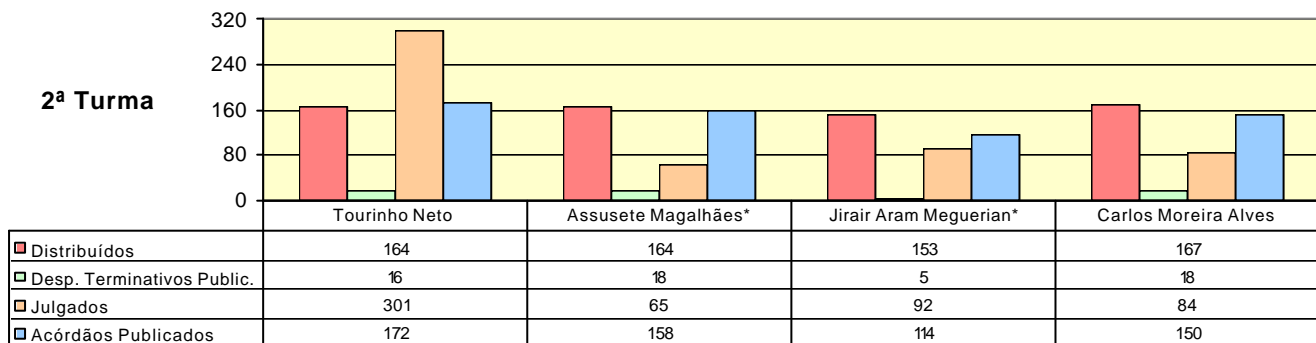
Estadísticas elaboradas pela Divisão de Estatística-Diest, a partir de dados enviados pelas Secretarias das Turmas, Aresp, Segep e Secju (Sucse, Surec, Subej e Surip). Dúvidas, sugestões e reclamações, ligar para Diest - ramal 278.

DADOS ESTADÍSTICOS DAS TURMAS - MARÇO/ 2003

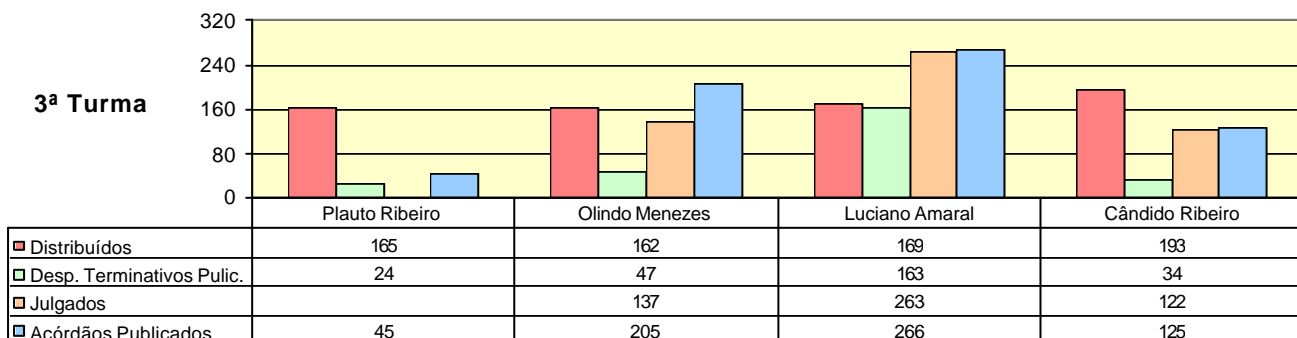
1ª Turma



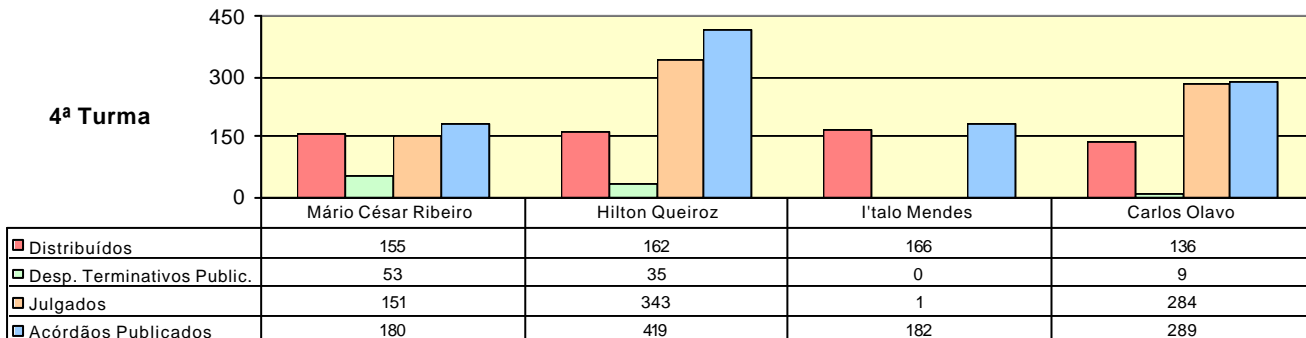
2ª Turma



3ª Turma



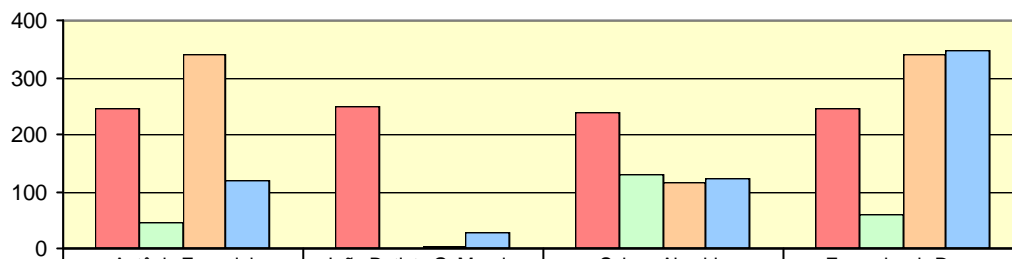
4ª Turma



Dados enviados pelas Secretarias das Turmas

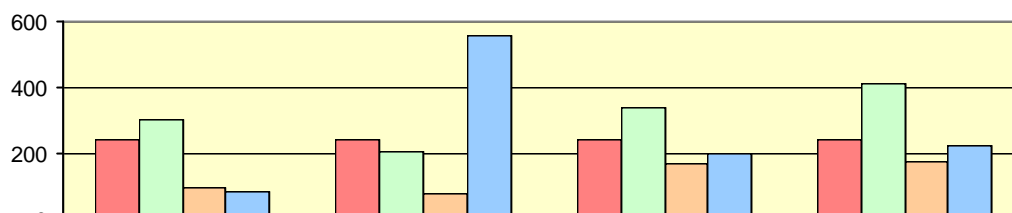
* Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.

5ª Turma



	Antônio Ezequiel	João Batista G. Moreira	Selene Almeida	Fagundes de Deus
■ Distribuídos	246	248	239	247
■ Desp. Terminativos Public.	45	1	129	59
■ Julgados	342	3	116	341
■ Acórdãos Publicados	18	28	124	347

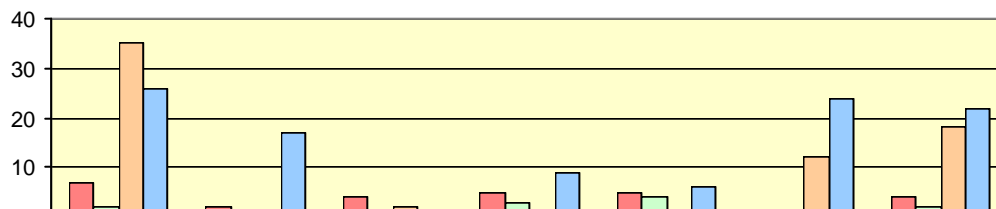
6ª Turma



	Daniel Paes Ribeiro	Souza Prudente	Maria do Carmo Cardoso Rodrigues	Maria Isabel Gallotti Rodrigues
■ Distribuídos	242	240	241	243
■ Desp. Terminativos Public.	305	208	338	411
■ Julgados	99	79	170	173
■ Acórdãos Publicados	83	558	203	227

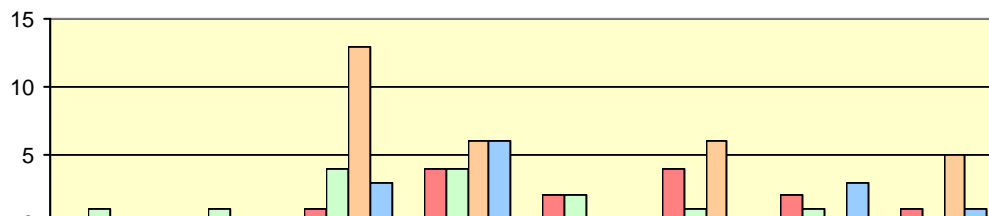
DADOS ESTATÍSTICOS DAS SEÇÕES - MARÇO/ 2003

1ª Seção Desembargadora Federal Presidenta: Assusete Magalhães



	Tourinho Neto	Eustáquio Silveira	Jirair Aram Meguerian*	Carlos Moreira Alves	Amílcar Machado	Luiz Gonzaga Moreira	Antônio Sávio
■ Distribuídos	7	2	4	5	5	1	4
■ Desp. Terminativos Public.	2	0		3	4	1	2
■ Julgados	35		2	1		12	18
■ Acórdãos Publicados	26	17		9	6	24	22

2ª Seção Desembargador Federal Presidente: Olindo Menezes

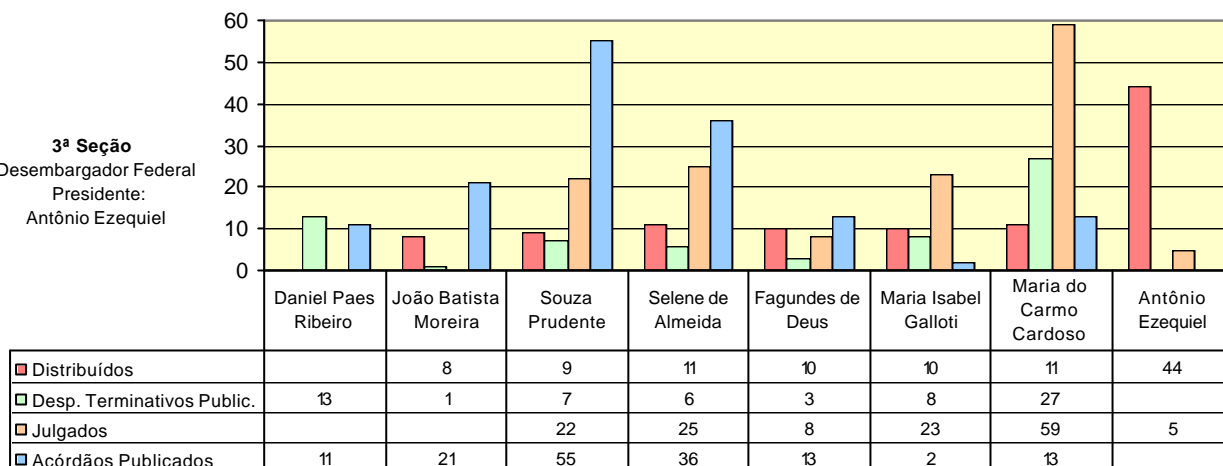


	Plauto Ribeiro	Olindo Menezes	Mário César Ribeiro	Luciano Tolentino	Cândido Ribeiro	Hilton Queiroz	I'talo Mendes	Carlos Olavo
■ Distribuídos			1	4	2	4	2	1
■ Desp. Terminativos Public.	1	1	4	4	2	1	1	
■ Julgados			13	6		6		5
■ Acórdãos Publicados			3	6			3	1

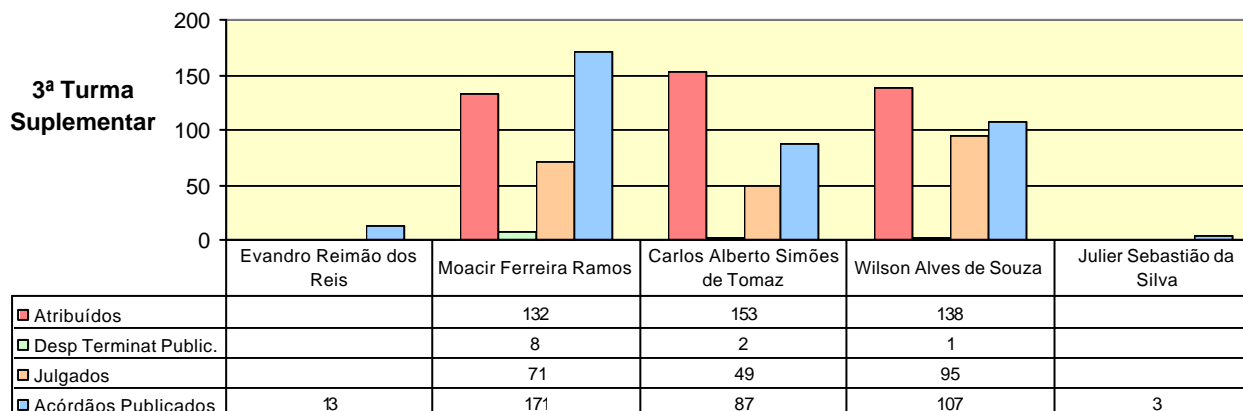
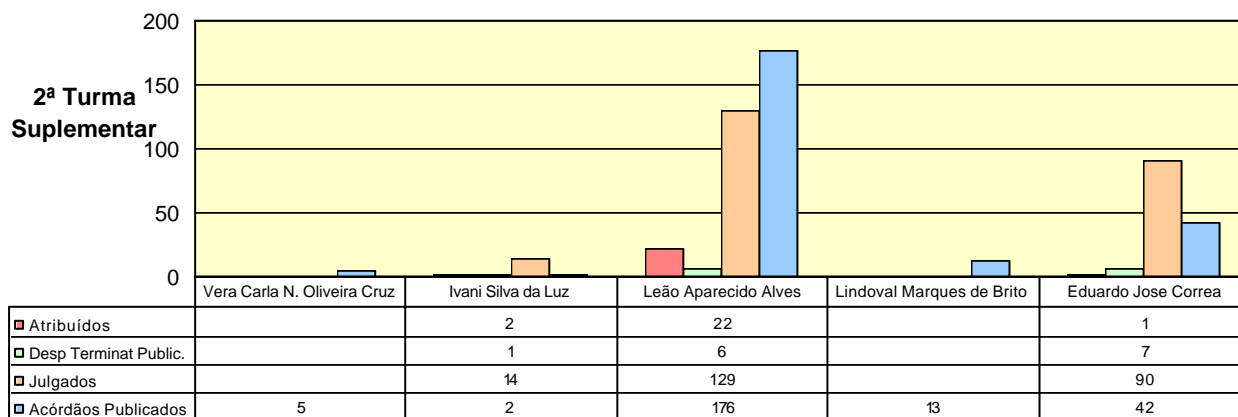
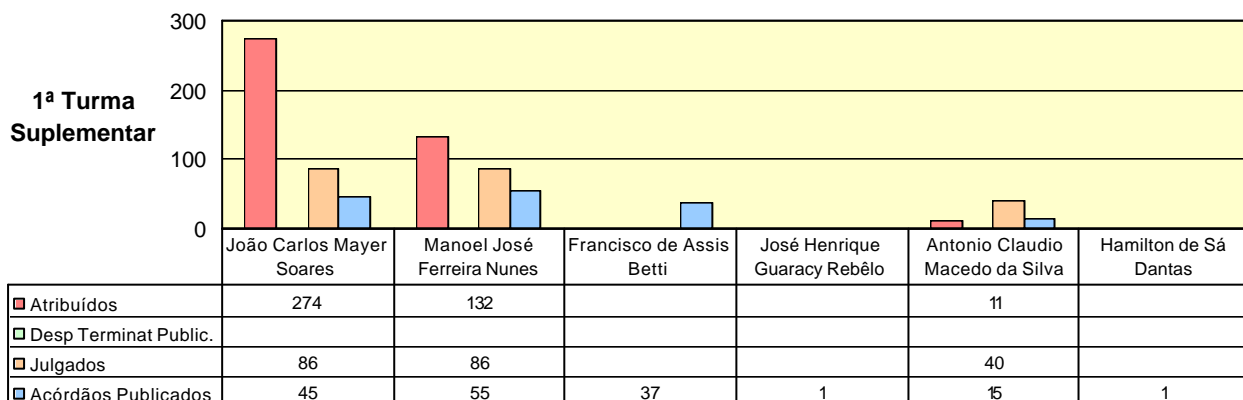
* Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.



3ª Seção
Desembargador Federal
Presidente:
Antônio Ezequiel



DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS SUPLEMENTARES - MARÇO/ 2003



Dados enviados pela Central Executiva de Apoio Processual - Cenex

ESTATÍSTICA DOS JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS - JANEIRO E FEVEREIRO/ 2003*

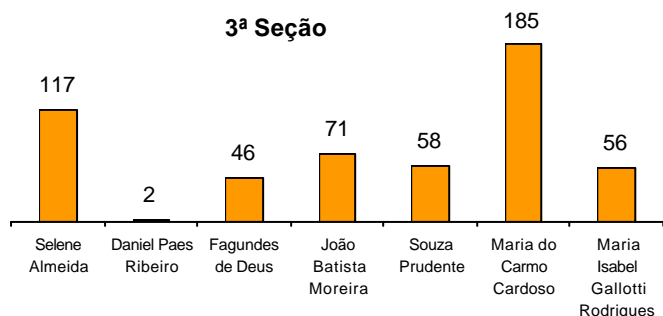
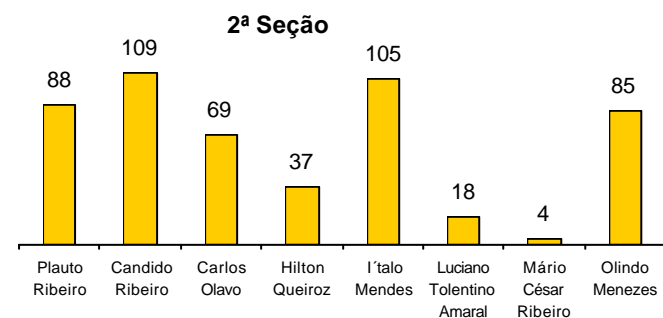
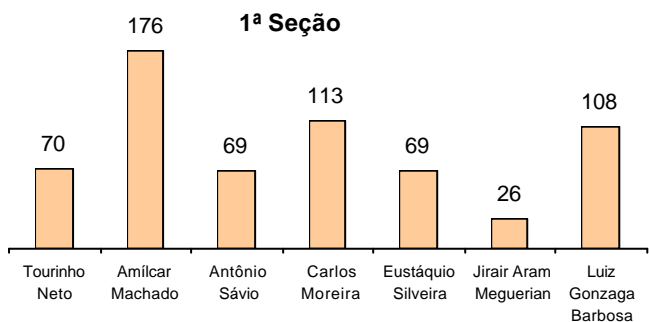
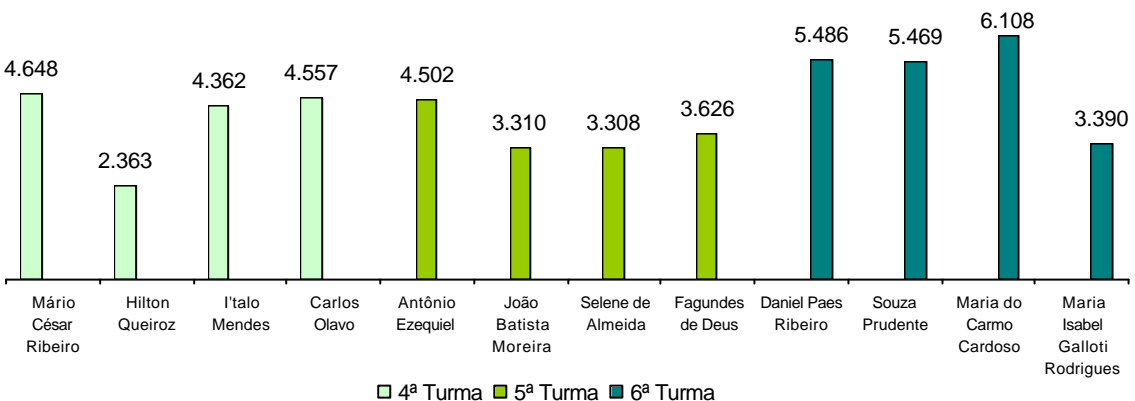
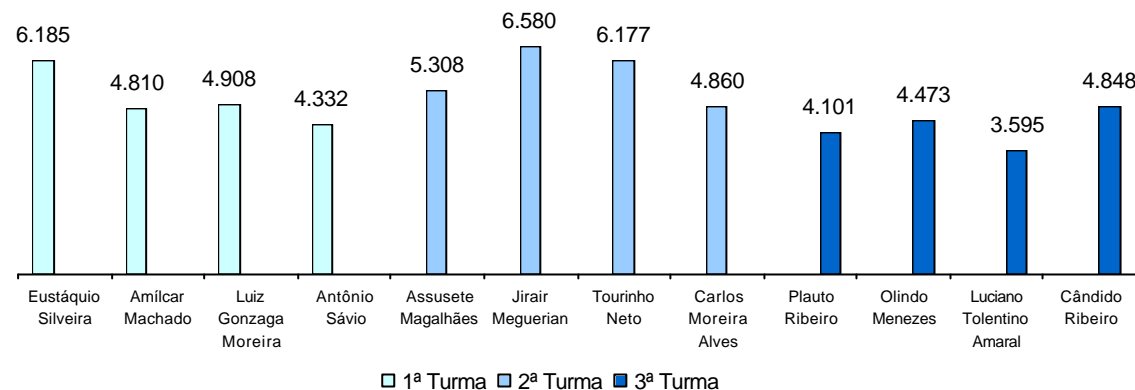
JUÍZES CONVOCADOS	Orgão Julgador	Distribuídos	Despachos Terminativos Publicados	Julgados	Acórdãos Publicados
IRAN VELASCO NASCIMENTO	1ª Turma	167	43	126	90
	2ª Turma				3
MARIA JOSÉ DE MACEDO RIBEIRO	2ª Turma				1
FRANCISCO NEVES DA CUNHA	3ª Turma				3
RICARDO MACHADO RABELO	3ª Turma		45	109	35
MARCUS VINICIUS REIS BASTOS	4ª Turma		73	233	4
VERA CARLA NELSON CRUZ SILVEIRA	4ª Turma				4
IVANI SILVA DA LUZ	4ª Turma				47
LOURIVAL GONÇALVES DE OLIVEIRA	4ª Turma				
URBANO LEAL BERQUÓ NETO	5ª Turma		585	80	33
DANIELE MARANHÃO COSTA CALIXTO	5ª Turma			9	
LINDOVAL MARQUES DE BRITO	5ª Turma				2
FRANCISCO NEVES DA CUNHA	6ª Turma		57	47	150
IRAN VELASCO NASCIMENTO	1ª Seção		2	22	5
ITELMAR RAYDAN EVANGELISTA	1ª Seção				1
MARCUS VINICIUS REIS BASTOS	2ª Seção		3	4	
RICARDO MACHADO RABELO	2ª Seção			1	
URBANO LEAL BERQUÓ NETO	3ª Seção		19	28	4
DANIELE MARANHÃO COSTA CALIXTO	3ª Seção			1	

DESEMBARGADORES FEDERAIS QUE ATUARAM EM OUTRAS TURMAS E SEÇÕES - MARÇO/ 2003

DESEMBARGADOR FEDERAL	Orgão Julgador	Despachos Terminativos Publicados	Acórdãos Publicados
PRESIDENTE	1ª Seção	1	
	2ª Seção	1	
	3ª Seção	2	
CARLOS OLAVO	2ª turma	1	
	3ª Turma		1
I'TALO MENDES	3ª Turma		2
SELENE ALMEIDA	4ª Turma		1
EUSTÁQUIO SILVEIRA	2ª Seção	1	



PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NAS TURMAS E SEÇÕES - FEVEREIRO 2003*



Os números dos JEFs na 1ª Região

A noção de que a Justiça Federal somente atende à parcela mais abastada da população revelou-se equivocada. Nossas estatísticas mostram que, dos 153.131 (cento e cinquenta e três mil, cento e trinta e um) processos distribuídos na Justiça Federal de abril de 2002 (data do início das instalações dos Juizados Especiais Federais) até fevereiro de 2003, 93.763 (noventa e três mil, setecentos e sessenta e três) foram distribuídos para os Juizados Especiais, e apenas 59.368 (cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito) foram para as Varas Comuns (Classes Cíveis utilizadas: 1000 – Ações Ordinárias; 5000 – Ações Diversas; 6000 – Cartas Cíveis; 7000 – Ações Coletivas e 8000 – Ação Sumária) Assim, cerca de 61% por cento dos processos cíveis comuns distribuídos na Justiça Federal desde a instalação dos JEFs foram para os Juizados Especiais.

Elaboração: Cojef



Bem-me-querô

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Ações de Qualidade de Vida na 1ª Região

Distrito Federal

Serviço médico analisa causas de afastamento

Num trabalho inédito na Seção Judiciária do Distrito Federal, o Serviço Médico, integrado ao Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho, analisou os atestados médicos apresentados pelos servidores em 2002. A finalidade da análise foi propor um plano de atividades de prevenção e redução de riscos a partir da identificação das patologias mais freqüentes.

O grupo de causas de afastamentos mais freqüentes, entre homens e mulheres, foi o das doenças osteomusculares, que corresponderam a 16,2% dos atestados, seguidas das doenças respiratórias (14,8%).

Conclusões e recomendações do Serviço Médico:

1. Sendo as doenças osteomusculares as mais freqüentes nos afastamentos, a ênfase deve-se dar aos programas de adaptações ergonômicas no ambiente de trabalho, bem como para o incentivo aos exercícios físicos.

2. Quanto às doenças respiratórias, em segundo lugar mais freqüente, destaca-se a importância das campanhas de vacinação antigripal, assim como quanto a outras doenças infecciosas que se previnem por vacinação. O alerta é também para a necessidade constante de limpeza nos filtros de ar dos aparelhos de ar condicionado.

Semana da mulher

No dia 10 de março, no período da manhã, realizaram-se as atividades da semana de comemorações do Dia Internacional da Mulher.

A oficina Transforme Sobras da Natureza em Arte, ministrada pela artesã Maria Cecília Segré, despertou o interesse das participantes em reciclar papéis, com sobras de cascas, fibras, folhas e flores.

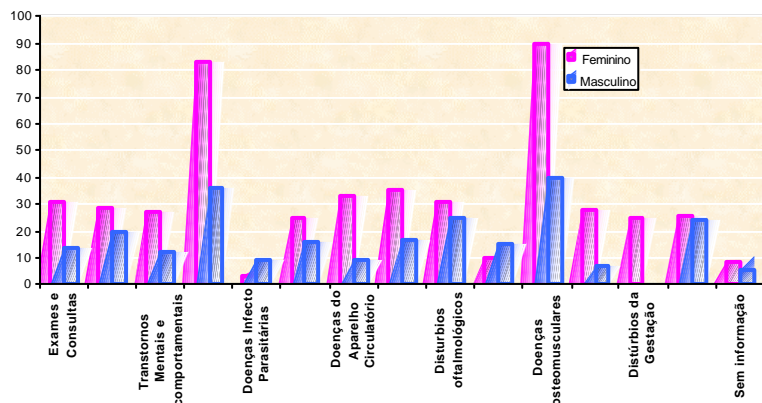
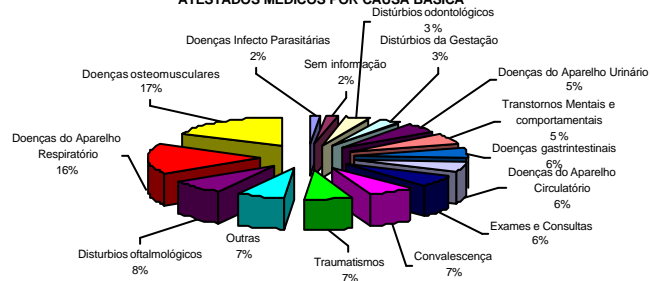
À tarde, com a cortesia da Serjus, a massoterapeuta *Carlla Regina* atendeu a 10 mulheres, aplicando massagens antiestresse de 15 minutos cada uma.

As massagens aconteceram durante toda a semana, das 13 às 16 horas.

No dia 11 do mesmo mês foi realizada "Vivência: Alongamento Consciente", cujo objetivo foi a prevenção de dores na coluna e tensões musculares e articulares do corpo de forma criativa e dançante. A "Vivência" incluiu automassagens, alongamento, educação sobre hábitos posturais (andar, dirigir, sentar-se etc) e relaxamento.

Na Seção Judiciária do DF, uma das maiores causas de afastamentos por atestado médico se deve a problemas osteomusculares.

ATESTADOS MÉDICOS POR CAUSA BÁSICA



Reverendo seus conhecimentos:

Por Márcia M. Barroso

1.ª) Quando os adjuntos adverbiais são de pequeno corpo (um advérbio por exemplo), costuma-se dispensar a vírgula. A vírgula é, porém, de regra, quando se pretende realçá-los. Comparem-se estes passos: "Realmente demoram-se..."

(M. de Assis, OC, II, 432.)

"Realmente, deve ter sido muito bonita."

(M. de Assis, OC, II, 388.)

2.ª) É também normal a omissão da vírgula quando ao adjunto antecipado segue imediatamente o verbo com o sujeito postposto. Assim:

"Por cima do algadoço tremiam nuvens de mosquito."

(G. Amado, HMI, 48.)

d) para isolar os elementos repetidos:

"Tormou a andar, a andar, a andar."

(M. de Assis, OC, II, 1.084.)

(Celso Ferreira da Cunha - Gramática da Língua Portuguesa)

TRF

Retomada das atividades geridas pelo PGQVT

Visando sempre desenvolver projetos que proporcionem o bem-estar dos trabalhadores da Casa, o Comitê Gerencial do PGQVT vem desempenhando uma série de atividades de suma importância para a melhoria da qualidade de vida no trabalho, que agem como instrumentos minimizadores das consequências do estresse, refletindo efetivamente no aumento da produtividade e principalmente na saúde dos servidores.

Algumas ações previstas para o primeiro semestre de 2003 já foram iniciadas, como a reinauguração do restaurante, no dia 20 de janeiro, sob nova administração.

Confira outras atividades dirigidas pelo PGQVT que se encontram em pleno andamento:

▪ **Ioga** – suas técnicas buscam a integração harmônica do ser como um todo, abrangendo tanto os aspectos físicos quanto os aspectos mentais, emocionais e espirituais.

Durante as aulas, são realizados exercícios de alongamento, relaxamento, correção postural e de movimentação intensa. São trabalhadas a flexibilidade corporal, a sincronia nos movimentos respiratórios, o poder de concentração, o senso de autopercepção, entre outros fatores que contribuem de forma significativa para a redução das tensões do cotidiano e conseqüentemente para a manutenção de uma boa qualidade de vida. A servidora da Esmaf Nathália Carreiro

conta, com muito entusiasmo, sua satisfação com a prática da ioga. “Ioga é bom pra vida”.

As aulas de ioga são realizadas às segundas e quartas-feiras, de 19h10min às 20h10min, no Edifício-Sede do TRF-1ª Região. Também há turmas na SJ/DF.

▪ **Coral Habeas Cantus** – esta é uma ótima opção para quem deseja soltar a voz e aperfeiçoar técnicas de canto coral. Os ensaios acontecem às segundas e quartas-feiras, das 11h às 13h, sob a regência da maestrina Cláudia da Silva Costa.

▪ **Clube da Caminhada** – com o intuito de estimular o hábito do caminhar e promover maior interação entre os servidores do TRF, mensalmente são realizadas caminhadas em diversos parques de Brasília. O próximo encontro está previsto para o dia 26 de abril.

▪ **Vigilantes do peso** – as reuniões ocorrem às quartas-feiras, ao meio-dia, no auditório do Edifício Anexo. A proposta dos encontros é orientar os participantes sobre a disciplina alimentar e a prática de exercícios físicos que devem ser mantidas por quem deseja ter uma vida saudável. São transmitidas informações valiosas, como métodos de emagrecimento seguro e dicas para a prevenção e tratamento de doenças relacionadas à obesidade.

Com a implantação dessas e de ou-



Vânia Pinheiro ensina movimentos de Ioga

tras ações, o PGQVT mostra todo o seu empenho na prestação de serviços de qualidade aos servidores do TRF-1ª Região. Assim, o PGQVT conta com a participação de todos para o sucesso das atividades e projetos previstos ao longo deste ano.

Para inscrever-se ou obter mais informações a respeito das atividades apresentadas, deve-se entrar em contato com a Divisão de Programas e Benefícios (Diben) pelos ramais 294 e 486.

Piauí

O PGQVT recebe total apoio do novo Diretor do Foro

No último dia 28 de fevereiro, realizou-se a abertura oficial das atividades do PGQVT para o ano de 2003, durante a já tradicional Sexta-Feira Informal, projeto que já se consolidou na Seção Judiciária, pelo que vem e continuará contribuindo em prol da qualidade de vida dos servidores da Casa.

Na oportunidade, a Presidente da Comissão do PGQVT usou da palavra para fazer um breve relato das atividades já desenvolvidas pelo programa e os respectivos resultados obtidos.

O novo Diretor do Foro, Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, por sua vez, falou das suas propostas de trabalho para o referido período, quando declarou total apoio ao PGQVT.

O ponto alto do evento foi a palestra “Demonstrações Práticas de Combate a Incêndio,” ministrada pelo Capitão do Corpo de Bombeiros, Airton Sansão Sousa.

Ao final, os aniversariantes do mês de fevereiro receberam os cumprimentos dos magistrados e servidores, e, para homenageá-los, foi servido um saboroso *coffee break*.

Membros do Comitê do PGQVT

Adelaide Rodrigues (SJDF)
 Agnaldo Dias e Waleberg Inácio (Diseg)
 Andréa Ghisi e Juliana Espindola (Asrep)
 Etiene Gomes e Magnaldo Timo (Ascom)
 Felipe Lemos e Daniela Dutra (Didor)
 Geraldina Calazans (Dipla)
 Tracy Moreira e Mônica Cunha (Diasu)
 José Carlos e Nádia Barbosa (Direh)
 Maura Carvalho e Eliete dos Santos (Diben)
 Conceição Carvalho e Ruth Maria (Diben)
 Sérgio Faria (Gabin)